



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

IASMIM RAQUEL BARBOSA DA SILVA

DA LABUTA AO CONHECIMENTO: os sentidos de ser estudante
trabalhador no CAHL

CACHOEIRA-BA

2019

IASMIM RAQUEL BARBOSA DA SILVA

DA LABUTA AO CONHECIMENTO: os sentidos de ser estudante
trabalhador no CAHL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado de Serviço Social da
Universidade Federal do recôncavo da Bahia
(UFRB), como requisito avaliativo para obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

CACHOEIRA-BA

2019

IASMIM RAQUEL BARBOSA DA SILVA

DA LABUTA AO CONHECIMENTO: os sentidos de ser estudante trabalhador no CAHL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito avaliativo para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social

APROVADO EM 13/12/19

BANCA EXAMINADORA:



PROF.º DR.º BRUNO JOSÉ RODRIGUES DURAES

(Orientador - UFRB)



PROF.º DR.º ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA

(Membro interno - UFRB)



PROF.º DR.º ROSANA SOARES

(Membro interno - UFRB)

Dedico este trabalho a todos os estudantes trabalhadores e trabalhadoras, que enfrentam com muita garra os obstáculos em busca do conhecimento.

Não desista dos seus sonhos, Deus tem o melhor para você lembra que ele está perto!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer imensamente a DEUS por estar presente em nossas vidas, por me conceder a fé e sabedoria para acreditar que sou capaz e compreender que tudo tem seu tempo e por ter me dado forças para continuar.

Agradecer a minha amada Mãe Luciene por ser uma mulher guerreira e me inspirar com seu exemplo de garra e coragem, ao meu amado Pai Plínio por ser exemplo de integridade; aos meus cinco irmãos, aos meus tios(a), a minha Tia Márcia que me ajudou na concretização deste momento e minha Tia Néia o carinho endereçado a mim; aos meus sobrinhos e ao meu namorado Lucas pela confiança e paciência que foram essenciais nesta reta final, enfim gratidão a toda minha família e amigos que de qualquer forma me apoiaram e tornaram essa trajetória mais agradável.

Aqui expresso também meu carinho e gratidão aos amigos que pude fazer nesses quatro anos de formação acadêmica e de evolução pessoal; em especial a minha amiga Islane que tanto me apoiou nessa jornada e aos meus mestres o reconhecimento pela bagagem teórica, percepção de mundo e ética profissional.

Ao meu orientador Bruno Durães, pela honra de conhecê-lo, muito obrigada por compartilhar um pouco do seu conhecimento, sua compreensão e suporte durante esses meses de orientação.

Cada dia é uma dádiva, uma oportunidade de transformar sonhos em realidade!

RESUMO

A presente monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de curso em Serviço Social, tem por finalidade compor os sentidos de ser estudante trabalhador e apresentar os desafios na permanência e conclusão do curso superior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em especial no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL). A passagem deste perfil de estudante é caracterizada por alguns enfrentamentos da questão social, que implicam diretamente no aproveitamento do espaço universitário e na qualidade da formação acadêmica, compreender a dinâmica deste perfil de estudante, significa não apenas oferecer possibilidades de acesso a universidade, mas significa proporcionar condições de permanência estudantil. A pesquisa comprovou que o ensino superior avançou muito no que diz respeito ao acesso a universidade, mas ainda precisa oferecer condições efetivas de permanência. Esta pesquisa buscou mostrar a realidade do estudante trabalhador, através de entrevistas semiestruturadas realizada com seis estudantes trabalhadores e com dois professores do CAHL, bem como, revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) e administração da Universidade.

Palavras-chave: Estudante Trabalhador, Ensino Superior, Trabalho, Permanência

ABSTRACT

The present monograph presented as a Course Completion Work in Social Work, aims to compose the senses of being a hardworking student and present the challenges in the permanence and conclusion of higher education at the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), especially in the Center of Arts Humanities and Letters (CAHL). The passage of this student profile is characterized by some confrontations of the social issue, which directly imply the use of university space and the quality of academic training, understanding the dynamics of this student profile, means not only offering possibilities of access to university, but also means provide conditions for student stay. The research proved that higher education has advanced a lot with regard to access to university, but it still needs to offer effective conditions of permanence. This research sought to show the reality of the working student, through semi-structured interviews carried out with six working students and two professors from CAHL, as well as bibliographic review and survey of secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and administration of the University

Key-words: StudentWorker, HigherEducation, Work, Permanence

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL	Centro de Artes Humanidades e Letras
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.SIGNIFICADOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	14
2.1 A história da universidade no Brasil e a importância da escolarização na Sociedade brasileira.....	14
2.2 Expansão do ensino superior no século XXI.....	24
2.3Aclasse “subalterna” na Universidade: inclusão e permanência.....	30
3.TRABALHO E CONDIÇÃO ESTUDANTIL.....	33
3.1Concepções do Trabalho.....	33
3.2Os jovens e o trabalho.....	39
3.3 Relação entre Trabalho e Estudo: A força do conhecimento.....	41
4.DA LABUTA AO CONHECIMENTO.....	44
4.1O lugar do Estudante trabalhador na instituição de ensino superior...44	
4.2Universo da Pesquisa: caracterização do Centro de Artes, Humanidades e Letras –CAHL.....	45
4.3Perfil dos estudantes-trabalhadores do CAHL/UFRB.....	47
4.4Ser estudante em um universo multifacetado e controverso.....	48
4.5Labutar, estudar e sobreviver com trabalho.....	52
4.6Percepção de professores e estudantes sobre o estudante trabalhador: seria o estudante-trabalhador diferente e singular ou mais do mesmo?.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A–Questionário aplicado aos estudantes.....	73
APÊNDICE B– Questionário aplicado aos professores.....	78

1. INTRODUÇÃO

Trabalhar e estudar faz parte da rotina de diversas pessoas que estão em busca de qualificação para o mercado de trabalho. Esta condição depende de alguns fatores que podem tornar a junção dessas atividades um desafio a ser enfrentado, que podem influenciar desde a escolha do curso, a permanência e conclusão do mesmo. Neste sentido, nota-se um crescimento de homens e mulheres, jovens e adultos nessa dupla jornada de estudante trabalhador que se depara com a rotina de afazeres que exigem tempo e dedicação para sua realização (MORAES, CARR E GOUVÊA, 1994, p.368).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua, registrou que até o segundo trimestre de 2019 a população total do Brasil é de 209.276 milhões de habitantes, deste total 12,6% concluíram o ensino superior e 4,7 % não concluíram, ou seja, a grande maioria da população não tem nível superior.

No entanto, diversos motivos podem interferir no processo de formação e permanência dos alunos nas universidades até alcançar a conclusão do curso, dentre eles podem estar à condição socioeconômica e a necessidade de conciliar trabalho e estudo, para se sustentar e permanecer na universidade.

Diante disto como condicionantes de ordem econômico-social desta reflexão, corrobora Sampaio (s/d.):

Jamais o trabalho do estudante é tratado enquanto uma opção, mas aparece sempre como compulsório. Ou seja, a inserção precoce do jovem - antes de concluir sua formação superior - no mercado de trabalho [...] volta-se, assim, a remeter o trabalho do jovem a sua origem familiar em termos das classes sociais (CARDOSO E SAMPAIO, s/d, s/p)

Ou seja, para alguns jovens estudantes o trabalho é uma obrigação atrelada à necessidade de se manter financeiramente, principalmente quando o jovem é oriundo de família que não tem condições econômicas de mantê-lo. Segundo Silva e Ferreira (2014), a rotina cansativa torna-se um impedimento na dedicação e desempenho aos estudos gerando dúvida em estudar e trabalhar, uma vez que essa dificuldade pode influenciar negativamente tanto no labor quanto no estudo. Diante disso:

[...] os impasses que aparecem ao longo do curso podem ser identificados pela observação de vários sintomas facilmente perceptíveis: as dificuldades de linguagem oral e escrita, a aversão do aluno ao texto de conteúdo mais denso [...] (ANDRADE e SPOSITO, 1986, p.4)

Esta situação supracitada coloca em discussão o que vem realmente em primeiro plano na vida do aluno que trabalha, se é a necessidade de trabalhar para manter os estudos; a busca de conhecimento para obter um bom emprego e remuneração ou as possibilidades que são postas a condição social e econômica de cada indivíduo.

Para Andrade e Sposito (1986) grupos cada vez mais diferentes e de origem social diversa tem acesso ao ensino superior. Deste modo é necessário entender a representação do estudo e trabalho, quais formas eles assumem, qual sua importância social e a partir disso compreender a condição de ser Estudante-Trabalhador.

Ainda de acordo com Andrade e Sposito (1986) a relação do estudante com o ensino superior é bastante conflituosa, pois se realizou amparada a uma escolarização que ao longo do tempo provocou desigualdades sociais em diversas esferas de organização.

A criação do ensino superior no Brasil se constituiu de forma desigual, os ensinamentos universitários foram destinados exclusivamente à classe burguesa, que antes mesmo de existir escolas universitárias no Brasil encaminhavam seus filhos para estudar em outros países da Europa.

Segundo Abrantes (2012, p.02) “[...] a conciliação entre trabalho e estudo visando um futuro melhor, perpassam a vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios”. Vale destacar que o trabalho é essencial para manutenção e transformação da vida do homem, através dele transforma e adquire meios para suprir as suas necessidades.

Nesse sentido o trabalhador passa a receber o salário como forma de pagamento pelo seu esforço físico e mental dedicado para transformar os meios de produção do capitalista com sua força de trabalho. De acordo com Oliveira et al. (2007, p.04):

[...] verifica-se uma considerável fragmentação do trabalho que afeta o trabalhador, pois as inseguranças do mundo do trabalho dificultam a expansão do crescimento sustentado e durável. Logo, acentua-se a instabilidade de convivência numa sociedade cuja sociabilidade sempre esteve baseada no trabalho, uma vez que é através deste que o ser

humano tenta suprir suas necessidades, e se realiza pessoal e profissionalmente. (OLIVEIRA et al., 2007, p.04)

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2017, revelou que mais da metade dos 48,5 milhões de jovens do Brasil com faixa etária ente 15 e 29 anos de idade, não havia concluído o ensino superior, ou seja, (25,2 milhões) nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular. Ter que trabalhar, estar à procura de emprego ou ter conseguido uma vaga de emprego esteve entre as razões para justificativa da não conclusão dos estudos deste alunado apontadas por 39,6% dos jovens.

O estudante que deixa de estudar porque tem que trabalhar, pode ser o único provedor da família ou ajudar nas despesas de casa e que não consegue manter os custos da dupla jornada. Conforme Costa e Dias (2015):

Entre as dificuldades desses alunos estão à necessidade de se conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares. Sem contar os desafios advindos de uma situação financeira muitas vezes desfavorável, o que implica em dificuldades para compra de livros, deslocamento para congressos e eventos e atividades extraclasse. (COSTA e DIAS, 2015, p.52)

Para Corrochano (2013) alguns jovens se envolvem com o trabalho desde muito cedo mobilizando habilidades para ganhar a vida, não constituindo uma transição para o trabalhador assim que finaliza a escolaridade básica, o ingresso no trabalho acontece de forma precoce, ou seja, começam a trabalhar antes mesmo de finalizar o primeiro grau de ensino. Nesta direção afirmam Costa e Dias (2015, p.54):

a igualdade de oportunidades baseia-se no princípio meritocrático, que não tem como objetivo reduzir as desigualdades das posições sociais, mas lutar contra as discriminações que constituem obstáculos à realização do mérito, permitindo a cada um ter acesso a posições desiguais ao final de uma competição equitativa, na qual indivíduos iguais se enfrentam para ocupar lugares sociais hierarquizados. Dessa forma, as diferenças de gênero, grupo étnico ou racial, condição social são mantidas, ampliando-se as possibilidades de acesso ou concorrência para determinadas posições [...]COSTA e DIAS, 2015., p.54)

Contudo, para fazer a meritocracia andar o estudante trabalhador não precisa apenas de mérito acadêmico para conseguir concluir o ensino superior e sim de condições que o permita determinada posição. Ou seja, uma educação básica de qualidade que é essencial para formar a base de conhecimento para o ingresso na universidade, portanto, é importante analisar as desigualdades sociais em que estes

indivíduos estão inseridos para compreender os limites postos a sua permanência e conclusão do ensino superior.

A motivação pelo estudo do tema se deu ao ingressar na universidade, enquanto estudante trabalhadora e se deparar com um universo totalmente diferente do que havia vivenciado enquanto estudante de escola pública, onde foi endereçado um ensino frágil e sem preparação para adaptação ao sistema de ensino de uma universidade. Devido a essa inquietação, este estudo propõe investigar a relação da categoria trabalho e estudo, enquanto elementos essenciais para emancipação do ser social e revelar os motivos que tornam essa trajetória desafiadora.

O objetivo geral desta pesquisa é Apresentar os desafios e sentidos de ser estudante-trabalhador do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL-UFRB) para permanência e conclusão do ensino superior e os objetivos específicos são: 1) Discutir a relação entre esfera do trabalho e estudo; 2) Relatar as dificuldades enfrentadas por esse tipo de acadêmico para desenvolver a sua vida universitária; 3) Identificar as expectativas profissionais do estudante-trabalhador na sua trajetória; 4) Apresentar a percepção de professores/as e dos estudantes sobre o estudante-trabalhador, buscando compor os sentidos desse tipo de estudante.

Para apresentar os desafios e sentidos de ser estudante trabalhador no CAHL, essa pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa. Conforme Laville e Dionne (1999, p.43) para melhor compreensão da pesquisa qualitativa deve-se respeitar a originalidade das informações, as particularidades e subjetividade de cada indivíduo para conhecer melhor as suas motivações e representações, respeitando o real do ser humano e o espaço do vivido (da experiência). Foi utilizado como técnica de coleta de dados: revisão bibliográfica; entrevista com estudantes e professores e levantamento de dados secundários do IBGE e administração da Universidade.

O primeiro capítulo aborda o conceito de universidade e a história de sua criação aqui no Brasil, bem como suas características e transformações durante seu processo de institucionalização e expansão.

O segundo capítulo aborda as categorias do trabalho e estudo, inicialmente o conceito de trabalho sob a ótica de diferentes autores, seu aspecto central para a sociedade e para transformação do homem enquanto sujeito sociável, o processo de

exploração das formas de trabalho, bem como seu processo de precarização, a relação dos jovens com o trabalho e a relação de trabalho e estudo.

O terceiro capítulo traz o resultado da pesquisa realizada com os estudantes-trabalhadores e professores de diferentes cursos do CAHL, vale destacar que embora a centralidade da pesquisa seja o estudante trabalhador, incluir os professores, ampliou o debate do tema; a caracterização do CAHL enquanto universo de pesquisa; os resultados da pesquisa e sucessivamente as considerações finais.

2. SIGNIFICADOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Para Teixeira (1962) a universidade é a instituição que recebe toda vontade do saber humano e que mais conhecimento científico gera, bem como é o lugar em que mais se inventa formas de aplicação do saber construído. A universidade é também guardiã de conhecimentos para que não se acabe a vontade de mais conhecimento para a vida continuar a andar, portanto, diz o autor: “São as universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil.”(TEIXEIRA, 1962. p.181-188.)

Este capítulo tem como objetivo discutir a história e conceito da Universidade no Brasil e a importância da escolarização na sociedade brasileira; período que é considerado com atraso até a sua implantação em nosso país, devido os impasses, resistência de institucionalização e cunho elitista/excludente das elites nacionais brasileiras; junto com a trajetória de expansão das instituições de ensino superior no século XXI atrelado as suas respectivas modalidades abrangendo o debate da classe subalterna na Universidade.

2.1 A história da universidade no Brasil e a importância da escolarização na Sociedade brasileira

Como bem nos assegura Mendonça (2000, p. 132) pode-se dizer que a Universidade é uma instituição que demorou de se instalar no Brasil, quando comparada a América espanhola, sua não existência no período colonial comparado até 1808, é marcada por tentativas, sem sucesso de abarcar os privilégios universitários aos colégios jesuítas. Revelando assim a intenção da coroa portuguesa de assegurar a dependência do Brasil com relação à Universidade de Coimbra, a única universidade de Portugal.

Os colonizadores do Brasil a fim de manter seus interesses tiveram uma resistência em introduzir o ensino superior, tornando o Brasil um dos países da América Latina que mais demorou a ter acesso aos ensinamentos universitários.

Ribeiro (1978) corrobora essa idéia ao analisar dados estatísticos das universidades do período colonial:

[...] na área de colonização espanhola a universidade surgiu cedo. [...] as colônias espanholas dispunham de seis universidades no fim do século da conquista e cerca de dezenove no momento da independência. [...] O Brasil só contou, no período colonial, com um arremedo de universidade na Bahia, onde eram ministrados cursos propedêuticos para o sacerdócio e os estudos de direito e medicina, a serem completados em Portugal. (RIBEIRO, 1978, p.88)

O autor deixa ainda mais evidente a dependência do Brasil as unidades universitárias de Portugal, ao chamar de cópia malfeita ou deficiente a universidade existente na Bahia. Em outras palavras o quadro intelectual do ensino superior de Portugal possuía uma melhor estrutura e mais qualificação, indo de encontro com a do Brasil. A universidade constitui centralidade no ensino superior mesmo que aqui nesse país ela tenha sido considerada durante muito tempo uma reprodução do que uma instituição de fato.

Para reforçar esta posição, Almeida Filho (2007) afirma que Portugal divergente das outras colônias reais, conservava o domínio da formação superior tornando impossível a universidade nas colônias. “[...] por isso, os colonizadores portugueses jamais, permitiram o estabelecimento de instituições de educação universitária no Brasil” (ALMEIDA FILHO ,2007,p.128).

Para este autor a elite da época tinha como centralidade a Universidade de Coimbra como única opção em busca do ensino superior, até o ano 1889, logo após este período até a década 30 do século XX o domínio intelectual foi substituído pelo modelo de ensino francês de liceu e *écolesupérieure*. Isso mostra a influência que Portugal teve na construção das elites brasileiras destacando o cunho elitista da educação superior, pois os possuidores deste conhecimento eram membros da nobreza da época, essa característica perdurou durante algum tempo na história das Universidades Brasileiras.

Em 1808 D. João VI marca sua chegada ao Brasil com a fundação da primeira Escola de Cirurgia, fundada na Bahia, tornando-se a primeira Escola de ensino superior do Brasil (ALMEIDA FILHO 2007). Diz Mendonça (2000, p. 34): “[...] o Príncipe decidiu criar um Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, em fevereiro

desse ano, atendendo ao pedido do cirurgião-mor do Reino, José Correa Picanço, um dos portugueses brasileiros formados em Coimbra”.

A partir daí o Brasil começa a dar os primeiros passos na educação superior, mesmo sendo amparado pela universidade de Portugal, pois ainda não possuía o modelo de ensino pleno para formação acadêmica. “[...] O modelo adotado combinou o pragmatismo da reforma pombalina em Portugal [...] e o modelo napoleônico [...]” (MARTINS, 2002) para só depois institucionalizar o que se tornaria a primeira universidade de medicina da Bahia.

Mas para Ribeiro (1978) o número de pessoas com nível superior no Brasil era pequeno, um pouco antes da Independência da República surgiram as primeiras universidades e após a proclamação contava com o número de cinco faculdades: duas do curso de medicina uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro; duas de direito uma em São Paulo outra em Recife e uma politécnica no Rio de Janeiro.

Ao encontro deste pequeno número de universidades supracitado, Fávero (2006) faz destaque às tentativas malsucedidas de criação da universidade, entre os anos de 1810 a 1915, como diz a autora:

Entre as tentativas de criação de universidade no Brasil, ao longo dos anos, registra-se, no nível das intenções, a que constava da agenda da Inconfidência Mineira. Tentativas, sem êxito, continuam por mais de um século. (FAVERO, 2006, p.20)

Ainda para esta autora os anos de 1827 e 1828 foram marcados por algumas transformações. A elite da época sofreu influência dos cursos jurídicos desenvolvendo o pensamento político, cultural, intelectual e senso crítico. (MOREIRA apud FAVERO, 2006, p.21). Para Martins (2002) o crescimento do ensino superior era restrito apenas para as profissões liberais, da pequena quantidade de instituições públicas existentes, pois eram mantidas pelo governo e seus interesses políticos.

A partir de meados do século XIX, em função do resultado da classe letrada e elitizada, o Brasil dá início a geração de alguns pensadores intelectuais que tiveram papéis importantes no desenvolvimento da sociedade e em suas trajetórias de vida. Alguns com formações acadêmicas advindas de universidades brasileiras e estrangeiras.

André Rebouças (1838-1898) é o primeiro brasileiro engenheiro negro abolicionista, monarquista e professor. Nascido em Cachoeira na Bahia, filho de advogado, mudou-se para o Rio de Janeiro onde cursou engenharia militar. Em 1861 recebeu bolsa de estudos na França e Inglaterra, retorna para o Brasil e escreve "Memórias sobre os Caminhos de Ferro da França" em 1866 como engenheiro dirige as obras da construção das docas do Rio de Janeiro e após a proclamação da república vai para Europa onde vive até o seu último dia de vida. (FRAZÃO, 2018)

Em comum com André Rebouças que trouxe para o país o legado da engenharia, defendeu a desigualdade, miséria e exclusão social tentando romper com a barreira do preconceito, por ser um intelectual negro numa sociedade escravista (COSTA, 1999), temos também Manuel Bomfim que iniciou os estudos no Rio de Janeiro e complementou sua formação na França. Ele foi pioneiro nas inovações da sua linha de formação em 1906 instalou o primeiro laboratório de psicologia brasileiro, escreveu vários livros e também defendeu os direitos de uma sociedade igualitária a favor da educação democrática em que todos tivessem direito ao conhecimento (MANUEL BONFIM, 2005)

Embora o país tivesse se desenvolvendo na educação superior, cabe aqui, ressaltar, Segundo Mattos apud Martins (2000):

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. Ressalte-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração (MATTOS apud MARTINS, 2000, s/p.)

Em outras palavras, o interesse da classe detentora de poder ao domínio dos ensinamentos superior a fim de ocupar cargos importantes como de: médico advogado, engenheiro etc. num mercado de trabalho limitado a pessoas prestigiadas a um mérito de formação de ensino ainda não universitário

Nesta direção não há uma certeza quanto a criação da primeira universidade no Brasil, tanto que Almeida refere-se a este período como curioso e engraçado, pois alguns autores denominam diferentes centros de ensino sendo a primeira universidade Brasileira, No entanto:

A criação da Universidade do Brasil em 1921, por muito tempo citada como a primeira universidade nacional, aparece hoje como anedota, contada e recontada: teria sido criada somente para conceber um título de *Doctor honoris causa* ao Rei Balduino da Bélgica, que impôs como condição para participar do Centenário da Independência receber a honraria universitária máxima. (ALMEIDA FILHO, 2007, p.218)

Mendonça (2000) diz que na década de 20 a universidade do Rio de Janeiro foi a que mais durou em comparação as anteriores, essa instituição é resultado da junção das escolas livres, mas que continuaram a funcionar sem nenhuma articulação entre si.

Diante disto Almeida Filho (2007, p.219) expõem que “[...] o simples ajuntamento de faculdades isoladas preexistentes, sem articulação funcional, não definiria uma universidade no seu sentido pleno”. Por outro lado, ele acredita que mesmo sendo amparada num modelo de origem externa a Universidade de São Paulo desde 1934 é considerada a primeira universidade ¹no Brasil, estruturando um modelo compatriota de estabelecimento universitário absoluto e apropriado.

A Universidade de São Paulo foi criada baseada no modelo acadêmico Francês e no tripé ensino-pesquisa-extensão, trazendo para o Brasil o que havia de mais moderno para o ensino superior da época, se tornando uma das melhores universidades do país, hoje ela ocupa um lugar de prestígio devido a sua modernidade, cursos, pesquisas e corpo docente. Segundo seu decreto de criação nº 6.283/ 34 que institui em seu segundo artigo suas finalidades:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou seja, úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres. (USP, 1994, p. 20)

Sendo assim, a criação desta instituição rompe com a tradição conservadora das escolas isoladas, ao propiciar a pesquisa científica, possibilidade de formar

¹Conceito de Universidade: “Qualidade ou condição de universal”, “Universidade é uma instituição de ensino superior que compreende um conjunto de faculdades ou escolas superiores destinadas à especialização profissional e científica”.

profissionais de todas as áreas e aglutinar em uma única Universidade todos os cursos que antes eram distribuídos de forma separada em instituições isoladas sem articulação.

Embora o Estatuto das Universidades instituído pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, não tivesse efetivado um de seus principais objetivos de extinguir o do funcionamento das escolas isoladas:

Seu objeto central foi a organização do ensino superior no país, criando [...]um sistema universitário nacional, que se daria pela criação da reitoria, com função de coordenar administrativamente as faculdades. Além da incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior – Direito, Medicina e Engenharia – ou, em lugar de algum desses, a Faculdade de Ciências e Letras (art. 14 e 5º, respectivamente) (ROMERO, p.8)

Em outros termos o estatuto traz o sentido de organização universitária com inovações e diretrizes administrativa de funcionamento. Na seqüência, em 1935 no mesmo momento em que realizava a reforma do ensino, Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal (UDF), como secretário de Educação, no Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2000).

Nesta direção é importante destacar o papel de Anísio Teixeira para educação brasileira ele “[...] compunha uma geração de intelectuais brasileiros que apresentava como meta a edificação de uma sociedade desenvolvida e moderna por intermédio da Educação” (BERTOLLETI, 2012 p.551), além de educador foi um dos principais escritores brasileiros e autor de transformações na educação, que marcaram o ensino público no século XX, defendendo a educação como direito e não privilégio.

Segundo as palavras de Bertolleti (2012) com relação à concepção de Universidade Teixeira:

[...] pensou a universidade enquanto instituição produtora do saber, uma vez que acreditava ser impossível difundir a cultura nacional e formar um homem novo sem a universidade. Tratava-se de uma concepção de universidade orientada pela necessidade de concretização de um sistema educacional democrático, livre, autônomo e moderno. (2012, p.552)

Esses apontamentos evidenciam não só a importância da Universidade como instituição fomentadora do saber, mas também do acesso justo de todos a educação

superior, que desde a sua organização era restrita e carente de disseminação da cultura através do conhecimento para formação e evolução do homem.

O cenário do Brasil nos anos 30 também conhecido como “anos de incertezas” devido às grandes transformações e tomadas de decisões na cena política e econômica do país (e logo após a grande crise mundial de 1929). Indo ao encontro do desenvolvimentismo, não sendo diferente no setor da educação superior que passa por reformas e propostas, com a finalidade de legitimar o ensino superior à modernização do país e qualificação para o mercado de trabalho.

Simultaneamente ao Governo Vargas, especificamente no período chamado de Estado Novo e logo no início da década 40 aconteceram transformações no sistema educacional brasileiro: “[...] A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil ”(.BRASIL, s/d) que foram coordenada pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema que ficou conhecido por promover mudanças no ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje a Universidade do Rio de Janeiro.

No entanto Saviani expõe que a reforma do ensino secundário “[...] tinha como finalidade formar as “individualidades condutoras”, o acesso ao ensino superior estava restrito às elites [...]” (SAVIANI 2010, p.8), conforme a sociedade ia se adaptando a expansão da urbanização e industrialização, a população jovem e de camadas medias lutavam para ter acesso as universidades.

Diante do crescimento e de transformações da década de 50, ocasionados pela industrialização que resultou na melhoria no setor econômico do país, a sociedade toma consciência da condição precária em que as universidades estavam, a partir daí, inicia a luta por autonomia universitária e toma consistência com a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB (FÁVERO, 2006).

A criação da Universidade de Brasília-UNB representa um rumo à modernização do ensino superior no início da década de 60, instituída por meio da Lei nº 3.998/61, marcando a época com o que havia de mais moderno nas universidades, do mesmo modo que fizeram USP e a UDF nos anos 30 (FAVERO, 2006, p. 29).

Influenciada pelo modelo da Universidade do Distrito Federal que foi criado por Anísio Teixeira, à universidade de Brasília superou as expectativas de sua

criação ao dispor de um modelo nacional, estruturado e capacitado de instituição. Mas que com apenas quatro anos de existência deixou de funcionar, após a queda do presidente da época e tornou-se modelo de inspiração para criação de outras universidades (RIBEIRO, 1978).

Em 1968 o congresso nacional aprovou uma reforma que mudou os parâmetros do ensino superior no país, instaurando o vestibular unificado e classificatório, mestrado e o doutorado.

Como afirmam Macedo et al (2005):

[...] apesar de sua natureza autoritária, antidemocrática e centralizadora, a reforma implementou, em meio a medidas de discutível mérito, algumas inovações importantes. Assim, ao lado da reformulação da natureza dos exames vestibulares, que ao eliminar a figura do excedente apenas encobriu a dolorosa marca da exclusão característica das carreiras de alto prestígio social, houve a extinção da cátedra, o estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso. (Macedo et al., 2005, p. 129)

Após a reforma Universitária que criou o modelo único de ensino superior, a década de 1970 foi marcada pelo crescimento e avanço na área da pesquisa, tornando um único modelo insuficiente para conter a demanda da época.

Neste sentido:

Muitas instituições não universitárias, em sua imensa maioria privadas, foram criadas nesse período para atender a uma demanda crescente por educação superior que se verificara impossível de ser atendida pela universidade, pública ou privada, cuja expansão era limitada pelos altos custos acarretados pelo princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa e pela dificuldade de manter em níveis adequados o investimento requerido pelo sistema público (MACEDO et al, 2005, p. 130).

Isto é dado em função do excedente de estudantes que eram aprovados nos vestibulares, mas não conseguiam a vaga, pois o ensino público não dava conta de absorver a demanda, tornando favorável a expansão do ensino privado, já que as novas instituições não universitárias eram de origem privada, o preenchimento dessas novas vagas só seria possível para o alunado de família rica que dispõem de recursos para oferecer uma formação de ensino superior aos seus filhos, sendo assim esse crescente não democratizou o acesso de todas as classes.

Ao falar dos dilemas do elitismo versus massificação Ribeiro (1978) afirma que massificação e democracia opõem-se a elitismo e seletividade, como opções necessárias a universidade, diz o autor:

“[...] tem de ser ampliadas ao máximo as possibilidades de educação oferecidas a juventude, objetivando-se a preparação de uma força maciça de alta qualificação requerida pela sociedade para viver e progredir.” (RIBEIRO, 1978, p. 140)

Fica claro que em quase todos os apontamentos citados até aqui sobre a história de criação da universidade, estão atrelados aos conceitos: elite, elitismo ou classe detentora de poder. Isso é dado do aspecto seletivo e restrito para aqueles que sempre dispuseram da mesma. Porém o sentido da educação, quando ela era ampliada para o povo, era para formar força de trabalho para o mercado em crescimento e para o processo de industrialização que estava em curso no país

A educação superior não teve um crescimento significativo na década de 80, devido à crise econômica e política que afetou a América Latina, a expansão é mais precisa a partir de 1995, na Constituição de 1988, período em que também foi marcado pelo alcance da autonomia universitária:

“[...] e da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão (art. 207), e fixou as normas básicas da participação do setor privado na oferta de ensino (art. 209), e da Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. (MACEDO et al, 2005, p. 130)

A universidade se faz através do tripé dos princípios: ensino, pesquisa e extensão. A falta de junção deles não proporciona ensino de qualidade, é necessário ter conhecimento do significado de cada um para compreender a importância deles na composição de funcionamento das Universidades. Diz Nunes (2019):

[...] ensino é o processo de construção do saber com a apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Já a pesquisa é o processo de materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos baseados em problemas emergentes da prática social. E a extensão pode ser entendida como processo educativo, cultural e científico, de intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da sociedade. (NUNES, 2019, s/p)

Para substanciar o que a autora afirma, é pertinente citar algumas das finalidades da educação superior presente na LDB/Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996) no Art. 43:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o atendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica na instituição. (BRASIL, 1996)

A educação superior, portanto, tem grande influência no desenvolvimento da sociedade, as pessoas são transformadas através da educação de qualidade pode adquirir conhecimento e qualificação para o mercado de trabalho e para progredir no meio em que vive.

Para reforçar esta posição, embora a trajetória de construção da história da Universidade tenha sido marcada por diversos impasses e mudanças, ao chamar de “mais apaixonante atividade humana: a busca do saber” Teixeira discorre sobre as atribuições da universidade: formação profissional; alargamento da mente humana; desenvolvimento do saber humano e transmissão de cultura. Diz o autor:

A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira. (TEIXEIRA, 1964, p.1-2)

É interessante a forma que este autor traz à tona a importância desta instituição para formação e evolução do homem. Isso fica evidente em seus escritos, essa relevância é devido a sua participação na missão de institucionalizar o ensino superior neste país. Compreende também que o conhecimento adquirido, jamais será esquecido, porém transformado e aperfeiçoado concomitantemente com a sociedade.

2.2 Expansão do ensino superior no século XXI

Retomo ao final do século XX para situar alguns acontecimentos que precederam a expansão do ensino superior. Segundo Saviani (2010) em 1997 foi criado o decreto 2.306 que junto com a Lei de Diretrizes da Educação/LDB de 1996 regulamentou o sistema federal de ensino superior, esse decreto organizou as instituições de ensino superior em universidades e centros universitários, diz Saviani (2010):

[...] os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa para viabilizar a expansão, e, por consequência, a "democratização" da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as universidades de pesquisa que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista. (SAVIANI, 2010, p. 11)

Embora seja uma via para possibilitar o acesso à educação superior, de certo modo acaba fugindo do caráter em que está pautado o ensino, ou seja, descaracteriza a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pilares que foram garantidos mediante na constituição de 1988. Este mesmo decreto classifica as instituições de ensino superior em cinco formatos: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores.

Nesta mesma direção Saviani (2010) afirma que a década de 90 foi marcada pela diversificação de organização de instituições de ensino superior, alterando o modelo napoleônico de ensino² para o modelo anglo saxônico³ resultando na

²O modelo de ensino Napoleônico “ caracterizava-se por uma organização não universitária, mas profissionalizante, centrada nos cursos ou faculdades com a finalidade de formar os burocratas que atuavam nos quadros administrativos do Estado”

diminuição da expansão das universidades públicas e aumentando as instituições privadas “[...] essa foi a medida adotada nos oito anos de governo FHC” (Saviani, 2010, p.13).

Cunha (2003) corrobora com essa reflexão ao fazer um balanço do ensino superior nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, que corresponde ao período de 1995 a 2003. Ele é mais um autor que fala do crescimento acelerado do ensino superior privado e ainda acrescenta que essa expansão é devido ao governo e o funcionamento das instituições privadas sem qualidade, diz Cunha (2003):

Se, de um lado, as IES federais padeceram de recursos para continuarem a operar nos termos que antes faziam, e, de outro, as IES privadas recebiam os benefícios visíveis, como deixar de pensar que o sucateamento do setor público do ensino referência empírica, esse foi o pensamento dominante naquelas instituições durante o octonato FHC. (CUNHA, 2003, p.58)

Diante dessas observações feitas à crise vivida pela educação superior pública, fica evidente a importância dada ao ensino público para a formação da cultura do conhecimento, tendo em vista que a educação privada é considerada de baixa qualidade.

Saviani (2010) chama de avassalador o avanço da privatização da educação superior. Este autor se posiciona em defesa das instituições públicas e ao mesmo tempo faz a crítica contra os centros de ensino isolados e dos cursos de curta duração, ele expressa que “[...] é preciso reverter essa tendência fazendo com que a primazia passe das instituições privadas para as públicas, da forma isolada para a forma universitária e dos cursos de curta duração para os de longa duração” (SAVIANI, 2010, p. 15).

Ao analisar o ensino superior na última década do século XX Martins (2000) também expressa que o crescimento da graduação foi maior no setor privado e que no setor público não houve um aumento considerável devido à incapacidade do governo em investir na ampliação de instituições inclusive as que fazem ensino e pesquisa.

³O Modelo de ensino anglo saxônico deriva dos “países das Américas que tem como principal idioma o inglês e que também possuam laços históricos, étnicos, linguísticos e culturais com o Reino Unido.”

Neste mesmo período os exames vestibulares deixam de ser obrigatoriedade e na seqüência em 1998 foi criado o exame nacional do ensino médio-ENEM uma prova realizada para avaliar a qualidade do ensino (CUNHA, 2010) e que no decorrer de sua implementação tornou-se uma das principais ferramentas para ingresso a educação superior, assim democratizando o acesso de estudantes oriundo de escola pública a universidade e a bolsa de estudos.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP no censo da educação superior de 1996, o Brasil possuía um total de 922 instituições de ensino superior sendo que 711 eram instituições privada e apenas 211 instituições públicas. Para substanciar a análise feita no governo FHC, em 2003 o número de IES foi para 1.859 em seu total geral, deixando clara a expansão acelerada das instituições privada com o total de 1.652, comparado as instituições públicas que sofreu decréscimo de 211 para 207.

Esses dados levam a considerar que a educação superior é tratada como mercadoria e os diversos tipos de instituições universitárias e cursos em associação com o aparato de mercado. Diz o professor Saviani (2010, p.11) “[...] as universidades estão entregues aos cuidados de empresas de ensinos que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores”.

Em meio a este cenário de congelamento no avanço da expansão das universidades públicas e expansão das universidades privadas, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil e teve sua campanha pautada em políticas públicas visando à reestruturação para enfrentar a crise vivida pelas universidades públicas.

O programa Universidade para todos - Prouni do governo Lula, que tem como objetivo incluir estudantes de classes baixas no ensino superior e regulamentar a isenção fiscal de instituições sem fins lucrativos que antes usufruíram deste benefício sem nenhum controle do poder público (AGUIAR, 2016). Ou seja, o Prouni estabelece que em troca de isenção fiscal as instituições de ensino superior privado disponibilizassem bolsas de estudos sem restrição de curso ou turno. Diz Aguiar (2016):

Ao final do governo Lula, segundo balanço oficial, foram contabilizados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, sendo 69% com bolsas integrais. Desse total, 48% são afrodescendentes. Dentre estes, 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00, destinada a alunos

que realizam cursos de período integral (mais de seis horas diárias).(AGUIAR, 2016, p.122)

O Prouni, portanto, abriu possibilidades de acesso aos estudantes que não foram absorvidos pelas instituições públicas os integrando nas instituições privadas, mas, no entanto, este programa foi sujeito a crítica no que diz respeito à qualidade de ensino que estaria sendo oferecido a esses estudantes, já que o ensino privado foi tratado como baixa qualidade, nesta direção corrobora Malbouisson et al. (2017), ao dizer que “[...] a preferência pelo ensino em universidades públicas por parte das famílias de maior renda pode não estar relacionada exclusivamente à gratuidade, mas à percepção de maior qualidade do ensino superior público” (Malbouisson et al., 2017, p. 23).

Embora o governo Lula tivesse permitido a retomada de investimentos em universidades federais aumentando o número de vagas, instituições e campi, com o suporte do programa REUNI de outro modo ofereceu condições para a expansão das instituições privadas que teve suporte do ProUni. (SAVIANI, 2010). Ou seja, de certa forma incentivou e financiou a expansão das instituições particulares.

Os programas de financiamento ao estudante são considerados estratégias formais para autorizar de maneira indireta o financiamento público das instituições privadas. Diz as autoras Pachane e Vitorino (2015):

Apesar da oposição entre partidos e até certa rivalidade entre suas concepções, é possível considerar que o governo de Lula tenha dado continuidade a muitas das ações de FHC [...] o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), continuidade do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) – ambas formas de financiamento para estudo em instituições de ensino superior privadas[...]. (PACHANE E VITORINO, 2015, p.444)

Por outro lado, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como objetivo retomar o crescimento do ensino superior público, ofertar cursos noturnos, “[...] para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007)

No relatório do primeiro ano de implementação do Programa:

[...] comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. Além disso, durante esse primeiro período de execução do Reuni, as universidades tiveram condições de reestruturarem-se, garantindo ampliação de suas instalações físicas e ampliando sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias (REUNI, 2008, p.15)

Neste sentido, o programa promoveu à democratização do acesso da população a rede de ensino superior. O impacto do Reuni é significativo para expansão do ensino é o que podemos chamar de marco ou divisor de águas da educação superior “[...] pois a maioria da população brasileira nunca se imaginou neste espaço. Assim, entende-se o REUNI como uma conquista das camadas populares, inclusive pelo incentivo a cursos noturnos que ele promoveu” (PACHANE E VITORINO, 2015, p.447).

Partindo da análise do ensino superior nos governos de FHC e Lula, vale ressaltar como ficou o ensino superior no governo de Dilma Rousseff até os dias de hoje. Antes disso, no que diz respeito à quantidade de IES existente no Brasil, segundo o gráfico abaixo que mostra a evolução do número de instituições de educação superior por categoria administrativa entre os anos 2001 a 2010. Em 2010 contabilizou um total de 2.378 IES, 278 públicas e 2.100 privadas, observa-se, também, que entre os anos de 2007 e 2008 houve um decréscimo no total de instituições tanto no âmbito público e privado.

Figura 1 – Educação Superior

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: INEP/Censo Educação Superior 2010

Dilma Rousseff deu continuidade à expansão das IES, logo no início do seu governo foram criadas quatro novas universidades federais reafirmando a expansão iniciada no governo anterior (FERREIRA, 2012).

As políticas para a educação superior do governo Lula e Dilma assumiram também a perspectiva da equidade social articulada com a concepção de desenvolvimento econômico, da capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, principalmente quando faz a opção da construção de campi de instituições federais de educação superior no interior do país. (FERREIRA, 2012, p.469)

Para substanciar essa informação segue o gráfico abaixo com a evolução dos números de IES entre os anos de 2009 a 2012, vale destacar que em 2011 só houve avanço no setor público e um decréscimo de 19 instituições no setor privado. Mas os números mostram a predominância do ensino superior privado em todo o processo de expansão das instituições de ensino.

Figura 2 – Predominância do Ensino Superior Privado

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112

Fonte: INEP/Censo Educação Superior 2012

Alonso (2010) analisa a lógica da expansão do ensino superior enfatizando a modalidade de ensino a distância – EAD que também serviu como via de acesso para o crescimento de vagas no ensino superior. Em 2016 o número de matrículas nessa modalidade atingiu quase 1,5 milhão o que representou 18,6% do total de matrículas da educação superior, ou seja, representa hoje uma fatia enorme do ensino superior brasileiro.

2.3 A classe “subalterna” na Universidade: inclusão e permanência

Como já foram mencionados anteriormente, os ensinamentos universitários inicialmente foram destinados para classe elitizada. Portanto sua institucionalização aqui no Brasil foi caracterizada com exclusão de acesso as classes mais populares e as populações negras e indígenas.

No entanto a constituição vigente prevê que a educação seja um direito de todos e dever do Estado e da família “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Todavia, a garantia desse direito por si só não daria conta de sanar o caráter de desigualdades sociais que implicam o processo de democratização da universidade.

Segundo as diretrizes da lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001, no que diz respeito à educação superior, dado a sua importância entende-se que nenhum país pode se tornar desenvolvido e independente sem possuir um sistema eficiente de educação superior. Em um mundo que o conhecimento domina e transforma o desenvolvimento humano, obtê-lo tornou-se cada vez mais essencial (BRASIL, 2001).

Neste sentido Sobrinho (2010) afirma que a educação em seu sentido pleno é vista de forma sistematizada, o tempo da educação se dá num processo constante e o “[...] conhecimento é indispensável para a realização pessoal, para o exercício profissional, o fortalecimento econômico e o desenvolvimento da nação” (SOBRINHO, 2010 p.1229).

Esses apontamentos revelam a importância de obter conhecimento, porém para a realização do mesmo de tal forma que garanta inclusão de toda uma nação sem distinção de classes, faz necessário observar as oportunidades que são postas a elas. No entanto, sabe-se que a sociedade brasileira produziu uma expressiva desigualdade enraizada séculos atrás.

E conseqüentemente, foi reproduzida na condição de acesso a educação superior pela classe subalternizada. Nesta direção, foram criados programas como o Prouni e Reuni que são mecanismos para possibilitar e ampliar o acesso a educação superior a fim de minimizar as implicações imposta na vida dos estudantes oriundos

de famílias menos abastada e excluído pela sociedade. (SANTOS E FREITAS, 2014 p.186).

Mas vale destacar que só a garantia do acesso não seria suficiente, ou seja, faz necessárias condições de permanência⁴ tendo em vista que diversos outros fatores implicam na vida estudantil deste tipo de alunado.

Neste sentido afirma Coulon (2016):

[...] novos públicos chegaram a universidade com níveis muito heterogêneos, com origens sociais extremamente diferentes do que se tinha habitualmente. Nem sempre esses estudantes tinham o nível requisitado e certo número de hábitos culturais e sociais que não lhes facilitavam a entrada nesse meio universitário. (COULON, 2016, p.1241)

Em outras palavras, o estudante de classe menos favorecida tem dificuldade ao ingressar na universidade seja no aspecto intelectual ou socioeconômico, bem como a população negra que veio sendo expropriada por séculos e relegada à miséria social. Nesta lógica, percebe-se que a desigualdade social e discriminação racial são fenômenos que também se manifestam no acesso da população a educação superior.

Dados do IBGE, divulgado em 2016 mostram que a população com 25 anos ou mais apenas 8,8% de pretos ou pardos tinha nível superior, enquanto para os brancos esse percentual era de 22,2%. Esses dados servem para substanciar ainda mais a reflexão supracitada, onde permite compreender a herança da desigualdade social e racial. Nesta mesma direção, acrescenta Reis (2013, p. 183) “no caso das famílias pobres, e em geral negras, a universidade representa um grande feito, já que, no seu imaginário, ela estava ausente, distante, pouco improvável”. Ou seja, inserção na universidade era uma realidade distante para essas famílias.

Segundo Reis (2013), para os jovens negros e de classe baixa estar na universidade vai muito além do simples fato de adentrar a essa instituição, pois a insegurança com relação a sua permanência se torna um aspecto muito importante para esse jovem e sua família, que se desdobra para garantir sua formação.

Diante disto faz necessário apresentar os diferentes sentidos de permanência definidos pela autora Dyane Brito (2013):

⁴ Para Santos (2009, p.68) “[...] permanência é o ato de durar no tempo, mas sob outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica e outra que é a de um espaço simbólico que permite o dialogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um”.

- Permanência enquanto duração que é o tempo de duração do estudante no curso, o estudante que vive plenamente a universidade terá uma transformação muito mais impactante comparado ao estudante trabalhador que terá pouca participação na vida acadêmica.
- Simultaneidade na permanência está voltada para o papel que os estudantes têm para outros jovens, o reconhecimento na sua comunidade, causando estímulos positivos para outros jovens essa relação permite a transformação do indivíduo e da sociedade.
- Sucessão ou pós-permanência está voltada para as possibilidades que o estudante tem de permanecer em outros graus acadêmicos.

A garantia efetiva de permanência sugere a tentativa de promover a inclusão de estudantes que, por vezes, tenha sido excluído da sociedade. Por outro lado, um aspecto importante analisado por Sobrinho (2010), é a auto exclusão desses estudantes ao naturalizar e internalizar que a exclusão é um fenômeno natural e que é normal a inclusão no grupo dos excluídos embora essa exclusão seja consolidada também pela própria sociedade, “[...] diferentes graus da exclusão da educação superior e as baixas capacidades competitivas são “naturais” (Sobrinho, 2010), da mesma forma que as desigualdades formam parte “naturalmente” da sociedade”. (SOBRINHO, 2010 p.1230)

É nessa circunstancia que se atribui a importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES que segundo o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 em seu Art. 2º dispõem dos seguintes objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)

Nesta lógica, pode considerar que ingressar no ensino superior mesmo sendo público requer custo seja com alimentação; transporte para se deslocar até a instituição de ensino; materiais didáticos etc. Desse modo, a falta de condição financeira recai sobre a continuidade dos estudos deste perfil de estudante.

A fim de minimizar os efeitos dessa situação, as ações de assistência estudantil do PNAES foram desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

A inclusão social das classes desassistidas na educação superior representa um grande feito para a sociedade brasileira, contudo as políticas públicas não anulam a desigualdade social existente, ou seja, [...] as relações de seleção e diferenciação social se preservam, até mesmo se aprofundam, no interior do sistema educativo” (SOBRINHO, 2010 p.1239).

3. TRABALHO E CONDIÇÃO ESTUDANTIL

3.1 Concepções do Trabalho

O trabalho é o caminho que o homem percorre pra devenir em uma sociedade. Debruçada na literatura de Lukacs, Lessa (1992) afirma que o trabalho é fundamental para a manutenção das necessidades da vida humana, o homem transforma a natureza e dela retira meios para suprir sua subsistência o que torna o trabalho categoria fundante do ser social:

[...] a gênese do trabalho é o processo fundante da complexa explicitação da essência humana, do devenir humano dos homens. É o início da autoconstituição da humanidade enquanto gênero, é o momento fundante da generidadeem-si. Nesse exato sentido, a gênese da categoria do trabalho é a gênese do ser social. (Lessa,1992, p.43)

Deste modo a existência do trabalho esta atrelada a existência humana, ou seja, uma depende da outra. Lukacs (2013) analisa o ser social a partir da categoria trabalho, para ele a origem do trabalho do homem é gerada sob dois aspectos. O primeiro é o de sua luta existencial e o segundo é dos estágios de sua autoatividade.

Lukacs (2013) afirma que integramos a concreticidade do instinto social com nossa existência, então ele questiona porque ao tratarmos da sociedade, damos centralidade privilegiada ao trabalho. Do ponto de vista ontológico:

A resposta é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKACS, 2013, s/p)

Em outras palavras a transformação do homem em ser social é constituída a partir do trabalho e a relação do mesmo com a natureza é essencial para a transição do trabalhador como ser apenas biológico para o ser social.

Antunes (2009) é mais um autor que ao se debruçar na literatura lukacsiana, considera que a criação e o desenvolvimento do labor em seu ponto de vista ontológico estão direcionados a um processo de sociabilização do homem. Este autor acrescenta que o trabalho altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha, ou seja, “[...] a natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática” (Antunes, 2009, p.142).

Nesta mesma direção complementa Lessa (1992):

[...]estaineliminavel ligação entre a natureza e a categoria do trabalho, entre a reprodução biológica e a reprodução social, apenas esclarece um aspecto do problema aqui envolvido. A ineliminavel conexão do ser social com sua base biológica nos permite entrever a prioridade ontológica da reprodução material da vida na processualidade social. (LESSA, 1992, p.43)

Compreender que esta ligação permite descortinar a preferência ontológica na reprodução do ser social. Ao escrever sobre a noção ampliada da classe

trabalhadora Antunes usa a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para se referir a “[...] todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.” (ANTUNES,2009,p.103)

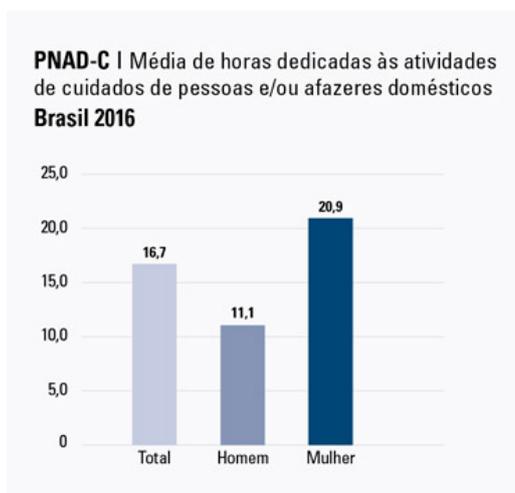
Para aqueles e aquelas que recebem o salário em troca do seu labor, esta lógica constitui o trabalho como meio de sobrevivência para suprir suas necessidades. Deste modo o trabalhador passa a receber o salário como forma de pagamento pelo seu esforço físico dedicado para transformar os meios de produção capitalista com sua força de trabalho.

Seguindo com a análise de Antunes (2009) e partindo da divisão sexual do trabalho, as atividades que requerem menos qualificação e, por vezes, requer mais trabalho intenso, são realizadas por mulheres trabalhadoras, “[...] a classe trabalhadora moderna é crescentemente composta por esses segmentos diferenciados, mulheres e terceirizados e/ou precarizados (e ainda mais freqüentemente por mulheres terceirizadas)”. (ANTUNES, 2009 p.107)

Isso coloca a figura feminina na subordinação do trabalho precário, além de compor esse grupo de trabalhadoras terceirizadas, elas também são, em sua maioria, donas dos seus lares e executam os afazeres domésticos e que pode ser compreendido como fator intensificador de suas jornadas, sobretudo pela exploração do trabalho em casa, pois essa jornada em casa é constituída de trabalho não pago.

Para substanciar essa idéia, conforme o gráfico abaixo que mostra a média de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, verifica-se que a mulher mesmo ocupada esteve no topo dos dois quesitos de análise, ou seja, as tarefas domésticas demandam mais sobrecarga ao trabalho da mulher:

Figura 3 – Atividades domésticas



Fonte: IBGE- 2017

Ocorre que com o passar do tempo o capital passou a aderir às condições precarizadas e intensificadas da exploração do trabalho como elementos essenciais para o seu ciclo reprodutivo. (ANTUNES, 2009).

Vale destacar que no quesito trabalho precário o Brasil tem raízes históricas, como diz Graça Druck (2011):

[...] país tradicionalmente marcado pelo trabalho precário em todas as suas dimensões, cuja origem maior está no trabalho escravo e nas formas assumidas pela sua transição ao trabalho assalariado –, se reconfiguraram ou se redefiniram, apresentando, hoje, uma precarização antiga e moderna, metamorfoseado. (DRUCK, 2011, p.55)

Em outras palavras o trabalho teve sua configuração em condições precárias, sofreu transformações, mas em função do capitalismo se reproduziu com a precariedade “metamorfoseada” como definiu Druck (2011). A precarização do trabalho é vista como estratégia de dominação, a necessidade e a ameaça de desemprego se tornam solo fértil para aceitação das condições precárias de trabalho. Neste sentido, Druck (2011) afirma que:

A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada. (Druck, 2011, p.43)

É evidente a forma que o sistema capitalista, que visa lucro, se instaura e se aproveita da extrema importância que o trabalho tem para a vida. Pois ele é

necessário para manter qualquer nível mínimo de subsistência. “Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum” (DRUCK, 2011 p.42)⁵.

Por este motivo as pessoas sujeitam-se a determinados condições e tipos de trabalho. Por exemplo: o pouco tempo que são exigidos para manter metas de produção “[...] impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições”. (DRUCK, 2011 p.42)

Com esta idéia corrobora Antunes (2018) que:

[...] a precarização não é um fenômeno estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018, p.65)

Nesta direção compreende que a precarização do trabalho é uma característica natural do capitalismo desde sua origem. Mas faz necessário salientar que a precarização se difunde em diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras e suas transformações e implicações não se restringe apenas ao mercado de trabalho, também se manifesta nas seguintes dimensões: “[...] família, o estudo, o lazer e a restrição do acesso aos bens públicos (especialmente saúde e educação)” (DRUCK, s/d, p.3)

Neste sentido, o trabalho precarizado pode ser assimilado como reflexo da desigualdade social imposta pelo capitalismo. No entanto caberia aqui destacar o que a Organização Internacional do Trabalho - OIT definiu sobre trabalho decente:

[...] é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (OIT apud Druck, 2011, p.46)

Para algumas pessoas só o fato de estar recebendo salário em troca do trabalho deixam passar despercebidas algumas incoerências impostas a sua prática. Mas da mesma maneira que compreendemos o trabalho como fundante do ser social ou como edificador do homem, assim deveria ser em sua totalidade, ou seja, em seu sentido pleno e justo de dignificar.

⁵Um exemplo marcante hoje de trabalho precário são os trabalhadores por aplicativos ou a uberização do trabalho.

Em sua outra obra “*O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*”, Antunes (2018) traz o atual significado da classe trabalhadora em sua nova morfologia do proletariado da era digital e acrescenta uma crítica sobre a unilateralidade do trabalho abstrato.

É sabido que o trabalho tem sentido indispensável durante a processualidade de luta por sobrevivência da vida humana e das realizações pessoais. No entanto, quando o ser humano dedica total exclusividade para o trabalho, o que acontece com frequência na sociedade capitalista, o trabalho passa a se expressar de forma alienada e unilateralizada (ANTUNES, 2018).

Percebe-se que quando Antunes (2018) faz essa crítica a centralidade do trabalho, ele vai ao encontro de Lukács, supracitado, quando ambos questionam a centralidade privilegiada do trabalho alienado ou abstrato ou reificado.

Deste modo, ao mesmo tempo em que compreendemos o trabalho como fio condutor de emancipação e transformação humana, sua manifestação oposta deve ser recusada. O trabalho possui sentidos opostos quando colocado em contraposição com humanidade versus o capital, pois o mesmo trabalho que ampara a humanidade é o que desampara o capital em sua forma concreta de trabalho, e quando ocorre em sua forma abstrata desampara a humanidade e ampara o capital, gerando a preponderância da forma valor de troca em contraposição ao valor de uso e a qualidade das coisas (ANTUNES, 2018). Diz Antunes (2018):

[...] Mas é essa processualidade contraditória, presente no ato de trabalhar, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza que (re) converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida. (ANTUNES, 2018, p.31):

O trabalho em suas diferentes formas vai tomando sentido contraditório e ao mesmo tempo intrigante, pois na mesma medida que ele é tão necessário também toma formas de opressão. Antunes (2018), ao ampliar o conceito de classe trabalhadora, afirma que:

[...] vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas”. (ANTUNES, 2018, p36)

Nessa nova morfologia de trabalho ou da classe trabalhadora estão evidentes os aspectos que continuam caracterizando o trabalho em sua condição precária. Tomamos como exemplo, a terceirização que vem se estabelecendo com contratos frágeis e “[...] com conseqüências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.” (ANTUNES, 2018, p.37), ou seja, as transformações provenientes do trabalho afetam em vários sentidos a vida do trabalhador.

Antunes (2018) afirma que atualmente estamos presenciando a expansão da “uberização”, conceito denominado para tratar uma nova modalidade de labor. São pessoas que trabalham com aplicativos e ao mesmo tempo podem ser seus “próprios chefes”, por um lado há a flexibilidade em montar seu próprio horário, mas por outro estão sujeitos a perder as garantias de direitos trabalhistas garantido na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, além de não ter salário fixo. Acrescenta o autor: “O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital” (ANTUNES, 2018, p.43)

Por trás da nova classe trabalhadora mantém o processo de valorização do capital e a diversificação das formas e sentido digno do trabalho. Vale destacar que alguns aspectos dessa nova morfologia desmontam alguns direitos garantidos em lutas históricas. No entanto, “Se há uma nova morfologia do trabalho, ela inclui o advento de uma nova morfologia das lutas, das formas de organização e da representação do trabalho” (ANTUNES, 2018, p.71), ou seja, cabe a sociedade enquanto participativa almejar e pleitear seus direitos.

3.2 Os jovens e o trabalho

Partindo do pressuposto, que para alguns indivíduos o trabalho faz parte do processo de transição para a vida adulta e mesmo que por algumas vezes se inicie de forma precoce, gera emancipação do homem.

Tomando como referência a tese de doutoramento do professor Luiz Paulo Jesus de Oliveira (2013) intitulada “*Filhos da Precarização Social do Trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000*”. Para buscar elucidar a relação dos jovens com o trabalho, sobretudo sua especificidade, a transição e trajetórias juvenis.

Oliveira (2013) associa a noção de juventude ao delimitar os critérios que implicam na caracterização da transição dessa fase para fase adulta, diz:

[...] os quais estariam ancorados na ideia do ciclo ternário das idades, que tomam como parâmetro o fim dos estudos, a inserção estável no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e morar sozinho, o casamento e o nascimento dos filhos, enquanto marcadores sociais do fim da juventude. (OLIVEIRA, 2013, p. 39)

Sob esses primeiros apontamentos parece que estamos a tratar de um processo simples e natural dos indivíduos. Por outro lado, é preciso dar importância às transformações sociais, políticas e culturais que implicam diretamente na parcela de jovens filhos/as, de trabalhadores/as oriundos de classes menos favorecidas. Nesta direção acrescenta o autor “[...] devidas especificidades sócio-históricas, também se observa no caso brasileiro a prevalência das trajetórias de aproximação sucessiva, de precariedade e erráticas nos itinerários juvenis contemporâneos.” (OLIVEIRA, 2013 p.67)

Em outras palavras, a herança histórica social brasileira refletiu nos trajetos precários da juventude. O autor mencionado estuda a relação dos jovens com o trabalho e o lugar que ele ocupa no processo de socialização e de construção dos itinerários e trajetórias juvenis. Tendo em vista que a condição juvenil está atrelada às mudanças profissionais e pessoais “[...] isso significa que a juventude se constitui de itinerários (caminhos) percorridos pelos jovens para alcançar uma posição social (transição profissional) e a emancipação familiar” (Idem, 2013, p. 68).

Nesta lógica o autor afirma “[...] que o trabalho é o principal suporte de inscrição social, dimensão central na estruturação das trajetórias e biografias, dos projetos de vida e aspirações juvenis” (OLIVEIRA, 2013 p.82). Nesse sentido compreende que o trabalho é o principal meio de inserção do jovem na sociedade, dado ao seu teor de participação para estruturar e traçar os seus rumos profissionais e pessoais.

Os jovens se deparam com as circunstâncias do trabalho precário que impõem uma ideologia, que estabelece que é essencial trabalhar, e estar trabalhando é bem melhor do que estar desempregado. Ou seja, mesmo sendo pobre, é melhor ser um pobre que trabalha, quer em condições precárias, mas que pelo menos esteja inserido socialmente (OLIVEIRA, 2013).

Diante disto pode-se afirmar que se os jovens são inseridos socialmente a partir do trabalho, conseqüentemente as alterações que perpassam o mundo do trabalho, influenciam nas suas experiências. Sendo assim o trabalho se configura com caráter de centralidade, conforme diz o autor “[...] a inserção no mundo do trabalho se configurou como uma forma de antecipação do porvir para os jovens, ou seja, como um mecanismo de transição para o futuro, a vida adulta associada à capacidade de independência e autonomia.” (OLIVEIRA, 2013, p.116)

Em outras palavras, a entrada do jovem no mercado de trabalho, significa a transição para a vida adulta, que irá lhe proporcionar experiências que farão parte da sua formação como sujeito social e independente.

3.3 Relação entre Trabalho e Estudo: A força do conhecimento

Tomando como referência a literatura de Paulo Freire, o patrono da educação, que em seu segundo caderno popular, traz os significados de algumas palavras de forma simples e com relatos de “estórias”, que serão essências para ilustrar o debate proposto aqui. Neste sentido, conforme diz Freire (1989):

No trabalho, o ser humano usa o corpo inteiro. Usa as suas mãos e a sua capacidade de pensar. O corpo humano é um corpo consciente. Por isso, está errado separar o que se chama trabalho manual do que se chama trabalho intelectual. Os trabalhadores das fábricas e os trabalhadores das roças são intelectuais também. Só nas sociedades em que menospreza o maior uso das mãos em atividades práticas, colher cacau ou imprimir jornal são práticas consideradas inferiores. (FREIRE, 1989, p.39-40)

Na intenção de colocar o trabalho manual e intelectual no mesmo patamar, observa-se que autor imprimiu uma abordagem que valoriza o saber humano na sua execução manual, o que não o coloca abaixo do saber intelectual. Nesta direção acrescenta o autor:

[...] Não podemos duvidar de que a nossa prática nos ensina. Não podemos duvidar de que conhecemos muitas coisas por causa de nossa prática. Não podemos duvidar, por exemplo, de que sabemos se vai chover ao olhar o céu e vir às nuvens com certa cor. Sabemos até se é chuva ligeira ou tempestade a chuva que vem. (FREIRE, 1989, p. 40)

Desse modo, compreende que da mesma forma que a teoria está atrelada a prática, a prática por si só também proporciona aprendizado. No entanto, apenas esse conhecimento adquirido da prática não seria suficiente para desvelar o que ainda não conhecemos.

Partindo da lógica do atual desenvolvimento da sociedade, cada vez mais o mercado de trabalho exige profissionais qualificados. Sendo assim, os cargos que exigem mais conhecimento intelectual, naturalmente terão melhores remunerações.

Visando possuir determinada exigência, estabilidade financeira e qualidade de vida, as pessoas vão em busca de conhecimento, sobretudo conhecimento de nível superior que proporcione “[...] oportunidades de mobilidade social, por meio de carreiras profissionais mais promissoras quanto à realização pessoal, status social, direitos sociais e retornos salariais”. (COMIN e BARBOSA, 2011, p.75)

Parafraseando com os autores supracitados, muitas vezes essa relação entre estudo (qualificação intelectual) e trabalho, se dá de forma invertida, ou seja, a fim de manterem-se no mercado de trabalho, alguns indivíduos já inseridos profissionalmente retomam os estudos para adquirir mais conhecimento. Com essa idéia, converge Mesquita et al (2012):

Esta preparação passa pela formação formal/intelectual, como o ensino superior, que lhe possibilitará melhores condições de conquista, seja de entrada e permanência no mercado de trabalho, seja como condição básica de luta e como uma das possibilidades para se construir como sujeito histórico crítico. (MESQUITA ET AL., 2012, p. 53)

Já é sabido que a condição de *estudante trabalhador* no Brasil, não é uma condição social recente. Tendo em vista que a todo tempo a inserção de cidadãos mais humildes no mercado de trabalho, tenha sido de forma precoce, o que lhes proporcionaria uma melhor condição social seria a junção entre trabalho e estudo. (COMIN e BARBOSA, 2011)

Contudo Mesquita et al (2012 p.4) coloca em questionamento “ [...] se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma imposição de classe”. Se observarmos a história de introdução do grau mais elevado de ensino no Brasil, para quem foi direcionado, já sabemos que durante muito tempo foi restrito para elite. Portanto, o que me permite dizer que do ponto de vista sociohistórico, estudar e trabalhar, ao mesmo tempo, é uma imposição de classe, pois meramente restou o

trabalho para a classe oposta, que sucessivamente sob lutas, puderam pleitear a conquista ou benefício de estudar e trabalhar.

A busca de realização pessoal e profissional perpassa o mundo do trabalho e do conhecimento, que é obtido pelo estudo com isso para estudar é necessário tempo e dedicação. A relação entre escolarização e trabalho é direta, o trabalho pode interferir na escolarização, como afirma Hustana e Costa (2013, p.465):

Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização. Essa situação, em verdade, traduz a evidencia das incompatibilidades entre estudo e trabalho, ou seja, a possibilidade ou não de uma escolaridade longa, segundo a relação do estudante com o trabalho. (HUSTANA E COSTA, 2013, p.465)

Observa-se que a relação do trabalho com estudo é uma via de mão dupla, do mesmo modo que o trabalho pode interferir na escolarização. A falta de escolarização certamente irá interferir na busca de um trabalho, pois “[...] os menos qualificados podem engrossar as filas dos desempregados, porque as tecnologias de ponta são poupadoras de trabalho vivo.” (MESQUITA ET AL, 2012, p.58)

Por outro lado, contrapõe Antunes (2009) ao dizer que a ciência junto com o trabalho interage no processo de valorização do capital, a ciência por si só não se tornaria sua principal força produtiva. Assim, essa ligação entre trabalho e ciência, faz com que agregue e compunha a capacidade do trabalho vivo e assim sucessivamente com o conhecimento, na produção de valores palpáveis e não palpáveis. Diz o autor: “[...] O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro “faça cair por terra” o segundo.” (ANTUNES, 2009 p.123). Ou seja, essa relação se configura como uma relação mutua onde um depende do outro, sem que nenhum faça desmerecer a importância do outro.

É inegável dizer que o processo de aperfeiçoamento intelectual dos trabalhadores, reflete num domínio de atividade laborativa com maior qualidade e que favorece o processo de produção. Neste sentido, compreende que o processo de disseminação do conhecimento dará ao homem suporte para executar com êxito seu trabalho. (Mesquita et al, 2012)

Da mesma forma que o trabalho permite ao homem se inserir como sujeito crítico e participativo na sociedade, vale destacar que o conhecimento além de proporcionar qualificação para executar alguma atividade laboral, também permitir

desvelar o desconhecido, agregando valores que são importantes para evolução pessoal do indivíduo.

4. DA LABUTA AO CONHECIMENTO

A abordagem desse terceiro capítulo será exclusivamente direcionada ao debate dos dilemas vividos pelo estudante trabalhador e sua labuta para alcançar a formação acadêmica no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) na UFRB.

4.1 O lugar do Estudante trabalhador na instituição de ensino superior

Pensar na possibilidade do trabalhador adentrar numa instituição de ensino superior é entender que diferente do período de sua criação, a universidade hoje abriu portas para estudantes de diversas condições, situações sociais e raciais/étnicas. Este grande feito é devido ao extenso processo de expansão da educação superior pública e privada, bem como aos programas que possibilitaram o ingresso dos estudantes de classes populares a este universo.

Muitas vezes o ingresso no trabalho acontece de forma precoce, à impossibilidade das famílias de camadas menos abastadas a manter seus filhos apenas estudando, é bem mais improvável que as demais, no entanto, esses estudantes trabalhadores iniciam sua jornada laboral com a expectativa de se manter estudando e ajudar a família nas despesas de casa (FORACCHI, 1977).

O espaço constituído como universidade é repleto de surpresas e peculiaridades, portanto, para cumprir com seu objetivo diante da sociedade, faz necessário que a universidade tenha mais conhecimento e compreensão dos impasses apresentados nas trajetórias de vida, enfrentadas por diferentes jovens e adultos que nela adentram (SAMPAIO, 2011).

Falar do estudante trabalhador não é apenas lançar um olhar diferenciado para este tipo de aluno, embora se constitua como diferente, a depender da sua condição econômica, pois ainda o ensino superior apresenta características da sua hegemonia elitista, mas é também compreender parte da própria diversidade do universo universitário. Portanto, falar desta condição social é identificar as possibilidades postas a sua passagem na universidade, para alcançar mais um grau de ensino.

No entanto, como afirma Foracchi (1977):

O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque tanto existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos. O jovem que se desdobra entre essas duas atividades, igualmente solicitadoras e absorventes, apresenta, portanto, algumas características peculiares. (FORACCHI, 1977, p.46)

Em outras palavras, a autora expressa que há a possibilidade de conciliar a esfera do estudo com o trabalho, mas é importante destacar que algumas características intrínsecas a esta condição, a fim de obter um maior debate acerca deste estudante, bem como observar o teor de participação do mesmo na universidade e ir além dos aspectos que perpassam o acesso e entender como o trabalho pode fragmentar sua formação.

Vale destacar que embora o discurso das formas que o trabalho pode interferir na vida do estudante tendem a insinuar o estudo como categoria mais importante que o trabalho, cabe aqui esclarecer que as duas categorias se apropriam da mesma parcela de importância ao se configurarem em uma relação mútua, até porque sabemos o quanto os dois são indispensáveis para a formação do sujeito crítico e sociável.

Contudo ao falar da situação trabalho como precedente do estudo, afirma Foracchi (1977) :

Diversa é a situação do trabalhador que estuda, pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho, mas o estudo. O trabalho torna-se vital por uma razão imediata: a família não dispensa a colaboração financeira do jovem. O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. (FORACCHI, 1977, p.46)

Em outras palavras o trabalhador que estuda e ajuda nas despesas de casa, tem um compromisso com sua família, desta forma estudar estar em segundo plano, sendo assim, verifica a relevância que as implicações da condição social do trabalhador enquanto estudante pode interferir em sua condição estudantil.

4.2 Universo da Pesquisa: caracterização do Centro de Artes, Humanidades e Letras –CAHL

Instalado nos municípios de Cachoeira e São Félix, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) é um Centro de Ensino, vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBR), que foi instituída pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, desmembrando-se da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com unidades instaladas em diversos municípios (seis cidades).

As sedes dos municípios de Cachoeira e São Félix formam um complexo urbano separados pelo Rio Paraguaçu. A ligação ocorre pela histórica Ponte D. Pedro II inaugurada no século XIX. Cachoeira tem origem no final do século XVI. É elevada a categoria de cidade em 13 de março de 1837, com o título de Heróica Cidade de Cachoeira, devido à participação nas lutas pela independência da Bahia e do Brasil. Sua população é estimada em 31.071 habitantes e seu território compreende 398 km². Graças a seu rico patrimônio arquitetônico e paisagístico, converte-se em Monumento Nacional pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), conforme o Decreto nº 68.045, de janeiro de 1971. Já o município de São Félix fica à margem direita do Rio Paraguaçu; tem seu surgimento associado a expansão da cana-de-açúcar; a cidade possui uma história profundamente ligada aos valores culturais baianos. A mesma possui uma população de 14.098 habitantes e ocupa uma área de 103,226 km² (IBGE, 2010). Com ruas antigas e casas que datam do século XIX que remetem ao Brasil colonial, recebeu o título de Cidade Presépio. (IPHAN).

Fundado em 2009, o CAHL promove uma formação científica, voltada para a preparação de profissionais críticos com conhecimento teórico e técnico, aptos a atuarem tanto no mercado de trabalho quanto na pesquisa acadêmica. Além disso, desenvolve uma compreensão abrangente dos processos históricos, políticos, sociais e estéticos, potencializando a integração dos discentes com a cultura local e valorizando as potencialidades socioculturais e artísticas do recôncavo (UFRB, 2009).

O Centro oferece os seguintes cursos de graduação: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais e o Tecnológico em Gestão Pública; também oferece Programas de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Mestrado em Ciências Sociais e o Mestrado em Comunicação; e um Programa de Doutorado

Interinstitucional (DINTER) firmado com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRB, 2009).

O CAHL possui 1.905 discentes ativos, dentro desse quantitativo, segundo o Núcleo de Gestão de Admissão, Cadastro e Arquivo Acadêmico Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos⁶- UFRB, 521 discentes trancaram alguma disciplina e dentro desse índice 181 apontaram como motivo a incompatibilidade com trabalho, estágio ou bolsa.

4.3 Perfil dos estudantes-trabalhadores do CAHL/UFRB

Para buscar compor os sentidos e desafios de ser estudante trabalhador no CAHL, este capítulo irá apresentar dados da pesquisa realizada com seis estudantes matriculados em diferentes cursos, buscando alcançar uma noção maior deste perfil de estudante, entrevistamos dois professores para ampliar o debate realizado.

Foram aplicados dois roteiros de entrevista semiestruturada, um para os estudantes e outro para os professores, com questões abertas e fechadas, relacionada à rotina dos estudantes; o desempenho nos estudos; condição estudantil e laboral e a percepção e postura dos professores para com este perfil de aluno.

As idades dos estudantes entrevistados variam entre 22 e 35 anos, sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino, três deles declararam serem casados ou morar juntos e os outros três declararam serem solteiro, entre as entrevistadas uma está gestante e outra tem dois filhos, quatro se autodeclararam pardos, um branco e outro preto, ou seja, maioria de negros na amostra de pesquisa.

Com relação à condição estudantil, foram entrevistados alunos que estão cursando do quinto ao oitavo semestre ou está dessemestralizado, cada um dos respectivos cursos: Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Serviço Social, Bacharelado em Artes Visuais, Comunicação Social-Jornalismo, Licenciatura em História e Tecnólogo em Gestão de Pública, a maioria cursou o ensino médio em escola pública e todos estão cursando a primeira graduação, três dos entrevistados declararam está cursando o curso que sempre quis, dois declararam não estar no

⁶Dados coletados através de e-mail com a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos-SURRAC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

curso que desejava e um declarou estar em busca apenas do diploma de uma universidade federal. Vale destacar que nenhum dos entrevistados são filhos de pais que possuem nível superior.

Com relação à condição laboral dos entrevistados, declararam trabalhar nas seguintes profissões: Assessor parlamentar; Atendente de restaurante; Artesã; Auxiliar de serviços gerais numa fábrica de licor; Cabeleleira; Freelancer em social mídia e Revisora de calçados numa indústria calçadista. Recebendo salários que variam de 200,00 até 3.500,00 reais mensais, três de forma autônoma; dois com carteira assinada e um empregado sem carteira assinada, sendo que apenas um deles declarou receber bolsa da universidade e trabalhar como autônomo, vendendo lanche, dentro da própria universidade.

Com relação à moradia e deslocamento, foram entrevistados estudantes oriundos e residentes das cidades de: Cachoeira, Cruz das Almas, Jaguaquara, Praia do Forte e São Felix. Sendo que quatro declaram possuir residência própria e dois declaram residir em casa alugada, apenas um entrevistado declarou possuir carro e outro declarou possuir moto.

4.4 Ser estudante em um universo multifacetado e controverso

Ao serem questionados se a condição de trabalhador ou condição social influenciou na escolha do curso. Apenas o entrevistado A respondeu que sim:

Sim, escolhi serviço social por ser noturno e porque eu queria um curso à noite, pois não podia deixar de trabalhar. Antes eu trabalhava numa empresa de beneficiamento de pele e couro, eu trabalhava 8 horas nessa empresa no primeiro semestre ate terceiro eu trabalhei e por varias vezes pensei em desistir. (ENTREVISTADO A)

Diante disto, observou que o Reuni pôde possibilitar o ingresso deste trabalhador na universidade, sendo que a criação de cursos noturnos e novos centros de ensino das universidades federais, especificamente no recôncavo da Bahia, foram metas alcançadas pelo Reuni.

Por esta razão pode afirmar que a condição de trabalho influencia diretamente na escolha do horário de estudar e sucessivamente no curso, o que coloca em reflexão, se esses alunos estão satisfeito ou não com a escolha do curso, ou se a

entrada no curso se constitui como imposição de oportunidades. Nesta direção acrescenta Hustana e Paula (2013):

A condição de trabalho impõe limites ao turno em que o aluno pode estudar. Se trabalhar 40 horas, o turno da noite será a opção natural. Trabalhando mais de 20 e menos de 40 horas, a maior chance é de estas acompanharem o horário comercial, restando ao aluno o turno da noite como opção. Se trabalhar até 20 horas, pode suceder que estas ocorram pela manhã, à tarde ou à noite, abrindo mais opções de turno para o estudante. Ainda assim a oferta de trabalho no horário comercial é majoritária, o que implica novamente na opção pelo turno da noite. (HUSTANA E PAULA, 2013, p.471)

Quando questionados se já se recebeu ou já tentou se inscrever para receber alguma bolsa ou auxílio da universidade, apenas três dos entrevistados se inscreveram para receber algum tipo de bolsa, mas apenas um deles conseguiu receber.

Sim recebo auxílio pecuniário e PIBIC que termina em Janeiro.(ENTREVISTADO C)

Sim, mas não conseguir a bolsa, acredito que a renda de meus pais tenha influenciado. (ENTREVISTADO D)

Sim, para auxílio trabalho. Logo que entrei na universidade. (ENTREVISTADO E)

Quando questionado à postura dos docentes em relação ao estudante trabalhador, percebe-se que três dos estudantes entrevistados descreveu uma postura negativa por parte dos professores, (no entanto, não podemos generalizar, pois só entrevistamos seis estudantes de um total de 1.905 alunos ativos.), embora não existir nenhum aparato que obrigue o professor a tratar alunos que estudam e trabalham de forma diferente. No entanto, baseado nas declarações aqui mencionadas, faz-se necessário uma boa relação e compreensão em determinados casos, mas da mesma forma que cada professor tem uma metodologia e uma forma de ensinar, assim será com sua postura.

Sim já vi professor falar com alunos que também trabalhou e ta aqui. Como se quisesse dizer “o que é que eu tenho haver com isso. (ENTREVISTADO C)

Acho que eles compreendem, mas sempre achei meus professores bem compreensivos até na data de entregar trabalho. E em relação ao avaliar o

desempenho de alguma apresentação por não ter conseguido estudar.
(ENTREVISTADO D)

Sim, no ano de 2018 comecei um estágio na UEFS em Feira de Santana e era de segunda à sexta. Meus horários de estágio eram opostos das aulas. Saía bem cedo de casa, chegava 13h30min na faculdade (chegava algumas vezes atrasada) e não conseguia dar conta de trabalhos externos, já que não tinha horário disponível ou faltava aula ou ficava sem fazer o trabalho. E isso acabou me prejudicando, já que alguns professores não entendia e não dava uma segunda opção. Perdi em uma disciplina por esse motivo.
(ENTREVISTADO E)

Não, há um excesso de atividade, há uma cobrança por questão de horário, mesmo os alunos morando em outra cidade “e eu ainda ouço piadinhas.
(ENTREVISTADO F)

Dois dos seis estudantes declararam não possuir nenhuma dificuldade atual para permanecer estudando, com base nisso, permito aqui considerar que o trabalho autônomo se configurou com menos teor de implicação nos estudos, pois esses dois estudantes trabalhadores são autônomos, portanto, podem organizar sua rotina de trabalho com mais flexibilidade. No entanto, os demais mencionaram a situação financeira, o cansaço físico e psicológico, como fatores de dificuldade.

Todos os seis entrevistados consideram a universidade importante, no entanto cabe destacar dois relatos:

Sim, mesmo hoje a gente vendo um crescimento das pessoas fazendo curso superior isso é positivo, mas, em contrapartida, o mercado de trabalho ta diminuindo. Mas acho a universidade importante, pois mudou minha forma de ver o mundo. (ENTREVISTADO A)

Acho importante, a universidade na minha vida não é para realização profissional para ser historiadora ou professora. É uma realização pessoal porque gosto de história, mas quero ser o que gosto de ser cabeleleira.
(ENTREVISTADO C)

Com base nessas declarações, compreende-se o sentido da universidade enquanto uma forma simbólica de realização pessoal, o que proporcionou a expansão das pessoas com nível superior, mas que o mercado de trabalho ainda tem dificuldade de absorver.

Quando questionado sobre a possibilidade da universidade fazer algo específico para o perfil de estudante trabalhador. A maioria dos entrevistados mencionou idéias direcionadas a uma possível flexibilidade no horário de funcionamento da universidade, sobretudo à noite, dois estudantes declararam não haver necessidade de mudança. Mas vale destacar, com base nas declarações dos estudantes entrevistados, o aluno que trabalha tem sua participação na universidade

de forma suprimida, desta forma esse perfil de aluno usufrui bem menos da universidade, seu espaço e tudo que a universidade tem a lhe oferecer.

Dois alunos declararam ter sentido vontade de parar a universidade para seguir apenas trabalhando, ficou em destaque a situação financeira, como motivo principal de uma possível desistência, vejamos:

Sim, porque tem horas que a situação aperta ainda mais na situação que estamos agora. Varias vezes cogitei em desistir da universidade. (ENTREVISTADO A)

Sim justamente por falta de renda, pois o que eu recebo pela bolsa é pouco pra se manter, principalmente para quem é de longe e Cachoeira não tem oportunidades. (ENTREVISTADO C)

Apenas um estudante declarou ter pensado em largar a trabalho para seguir apenas estudando. Percebe que o pouco tempo para estudar, implica de forma direta na graduação.

Sim, nesse momento eu to pensando em dar um tempo do meu trabalho para adiantar meu TCC. (ENTREVISTADO A)

Dois entre os seis estudantes entrevistados declararam não considerar a condição de estudante trabalhador uma condição social precária:

Não, porque quando é mais maduro não acho precário, pois foram às oportunidades que tiveram, só acho precário quando é mais novo. (ENTREVISTADO D)

Não, muitos estudantes trabalham para se manter, outra como forma de ganhar conhecimento e ter uma renda extra. (ENTREVISTADO E)

Baseado nessas declarações/relatos, pode-se afirmar que nem todas as pessoas consideram conciliar estudo e trabalho uma condição social precária. Mas cabe aqui destacar que a realidade do estudante que apenas se dedica para o estudo é muito diferente do estudante que precisa trabalhar para conseguir se manter na universidade. Ademais, cabe ressaltar que a maioria dos entrevistados de nossa pesquisa afirmaram que possuem dificuldades pela condição de ser trabalhador/a.

Ao serem questionados sobre se sentir inferiorizado por ser estudante trabalhador, dois dos entrevistados declararam se sentir:

Sim, pois quando comparado aos outros colegas que tem tempo para estudar, acabam tendo mais facilidade, nessa questão me sinto inferior. (ENTREVISTADO A)

Sim, só no sentido intelectual. (ENTREVISTADO B)

4.5 Labutar, estudar e sobreviver com trabalho

Quando questionados o motivo de começar a trabalhar antes de fazer faculdade, observou-se que dois entrevistados declararam serem obrigados a começar a trabalhar. Com base nessas declarações, compreende que a família se configura como influência do ingresso no mercado de trabalho, seja ao compor uma família ou para cumprir exigências da própria família, o que demonstra uma carência financeira familiar, logo, uma condição de vulnerabilidade social e econômica que termina empurrando para essa condição laboral de forma precoce. Vejamos duas falas:

Por que eu era obrigado a trabalhar foi uma imposição da minha família e da sociedade, pois minha mãe precisava de ajuda, pois sempre foi mãe solteira. (ENTREVISTADO A)

Pelo fato de ingressar na vida familiar cedo e com isso veio os filhos e a necessidade de ajudar meu marido. (ENTREVISTADO F)

A maioria dos estudantes entrevistados iniciou nas atividades laborais bem cedo, um dos entrevistados começou a trabalhar com 14 anos de idade para ajudar a mãe nas despesas. Ou seja, configurando a inserção no mundo do trabalho de forma precoce.

Quando questionados de que modo seu trabalho influencia nas atividades curriculares acadêmicas, a maioria respondeu que chegam atrasado à aula, não assimila o conteúdo devido o cansaço físico, não participa de atividades extracurriculares, na organização da grade curricular (curso poucas disciplinas) e dois dos entrevistados não estão semestralizados por causa das incompatibilidades com o horário de trabalho.

Dessa forma compreende que o trabalho afeta o desenvolvimento intelectual e o prazo de formação desses alunos. Neste sentido, quatro entre os seis

entrevistados declararam ter trancado ou repetido em disciplinas por causa do trabalho.

Sim, tranquei por causa do trabalho. (ENTREVISTADO A)

Sim, porque trabalhar só no intervalo das aulas é pouco, ai tranquei duas disciplinas. (ENTREVISTADO C)

Já repeti uma disciplina. E o motivo foi o trabalho, não consegui acompanhar a disciplina e acabei me prejudicando. (ENTREVISTADO E)

Sim, já tranquei duas e perdi em duas disciplinas por questões de trabalho e situações familiares. (ENTREVISTADO F)

Todos os estudantes que são empregados declararam que há flexibilidade por parte do empregador no seu horário de trabalho, justificada a sua condição de estudante. Com relação à negociação do empregado versus patrão, os estudantes que trabalham de carteira assinada declararam que os patrões liberam em algumas situações quando há a necessidade de chegar mais cedo na universidade ou cursar alguma disciplina optativa, vejamos:

Quando ele me contratou ele já sabia que eu era estudante, ele me libera tranquilamente. Sendo que não comprometa meu trabalho. (ENTREVISTADO B)

O acordo é feito entre patrão e empregado um dia antes da troca de turno que possibilita conciliar a presença na aula de disciplinas optativas em turnos diferentes. (ENTREVISTADO F)

Com relação à rotina diária dos entrevistados percebe-se a diferença com relação às formas de trabalho de cada um deles, os trabalhadores autônomos mostraram-se ter a rotina menos cansativa que os trabalhadores de carteira assinada, com relação aos seus horários de organização das atividades acadêmicas e como fator agravante da rotina de dois dos entrevistados. Ficou em destaque o deslocamento de suas cidades e as poucas horas de sono, o que os colocam em condições de riscos e numa má qualidade de vida. Vale destacar que o trabalho autônomo de certa forma oferece mais flexibilidade para se organizarem, apesar da incerteza de renda e da falta de direitos sociais do trabalho e seguridade social, vejamos:

Acordo 04:30h da manhã, saio de casa 05:00h para fazer um deslocamento de 110 km, as vezes chego atrasado na universidade devido ao transito,

estudo até 12:00h. Depois retorno para mata do São João para o trabalho. (sessão ordinária que começa 18:00h e termina às 21:00h. Durmo em mata de São João e no dia seguinte repito todo deslocamento. Estudo a noite e pela madrugada e na quinta tenho aula de manhã e retorno para o meu trabalho que fica 180 km de cachoeira. Tem vezes que não dá para estudar e às vezes quando dá estudo no trabalho. E de sexta a domingo eu trabalho no restaurante da minha família. (ENTREVISTADO B)

Hoje em dia trabalho de forma autônoma, como freelancer. Então consigo organizar melhor o meu horário de trabalho e estudo. Como o meu horário da faculdade sempre foi integral, então faço o meu planejamento de trabalho baseado nos meus horários da faculdade. E em alguns momentos tenho que abrir mão das atividades extracurriculares para cumprir determinadas demandas. (ENTREVISTADO E)

Eu acordo às 06:00h, pego no trabalho 07:00h até 17:30h, pego transporte para deslocamento na universidade às 18:30h, retornando em casa às 00:00 horas. As atividades são feitas nos horários possíveis, exemplo no horário de almoço e nos intervalos do período até pegar o transporte e nos fins de semana. (ENTREVISTADO F)

Apenas um estudante declarou não sentir orgulho de estudar e trabalhar, e outro que declarou sentir orgulho, mas não estava satisfeito com determinada condição, disseram:

Não, é um grande feito, Mas eu não me orgulho. Pois minha contribuição na sociedade não é tão efetiva. (ENTREVISTADO B)

Sim, mas não é o que eu queria estar fazendo, mas é meu sustento. (ENTREVISTADO C)

Todos os entrevistados declararam não sentir vergonha em estudar e trabalhar, alguns acham que a necessidade obriga essa condição:

Não, por que é uma necessidade que obriga você estudar e trabalhar, não tem nada de vergonhoso nisso. (ENTREVISTADO A)

Não tem como ser vergonhoso trabalhar e estudar acho um esforço. (ENTREVISTADO B)

Não sinto nenhuma vergonha, se eu não trabalhar como é que eu vou me manter na vida, pois com a bolsa eu pago o aluguel e a outra parte do meu trabalho pago a alimentação e outras despesas da casa. (ENTREVISTADO C)

Vale destacar que o entrevistado C, recebe auxílio pecuniário que é direcionado ao pagamento do aluguel, mas que mesmo assim é insuficiente para pagar as demais despesas da casa, sendo necessário o trabalho.

Quatro dos entrevistados declararam que não estarão qualificados para atuar em sua área de formação, ou seja, mais da metade dos entrevistados. Por outro lado, quando questionados sobre as expectativas para o mercado de trabalho, três dos entrevistados declararam o desejo de passar num concurso público. O nível superior pode proporcionar cargos de trabalho com qualidade a exemplo do concurso público que oferece estabilidade no mercado de trabalho.

Quatro dos entrevistados declararam que ser estudante-trabalhador lhe trás elementos positivos/diferenciais em relação aos outros estudantes, ao proporcionar mais experiência com o mercado de trabalho, conhecimento e disciplina, disseram:

Traz por causa da experiência profissional com o mercado de trabalho.(ENTREVISTADO A)

O único ponto positivo é de me manter pois sou independente, mas de forma acadêmica não. (ENTREVISTADO B)

Sim, a partir do momento que você já trabalha, eu acho que o trabalho trás conhecimento. Pois já tem um preparo e uma experiência para o mercado de trabalho. (ENTREVISTADO D)

Sim, conhecimento, vivência, saber lidar com opiniões dos outros, disciplina. (ENTREVISTADO E)

Ao encontro desses relatos, Foracchi (1977) também descreve o estudante em situação de trabalho, e as experiências obtidas:

O estudante que trabalha dispõe, teoricamente, de melhores recursos para afirma-se socialmente porque o trabalho, além de lhe proporcionar experiência, advinda da participação em outros setores da vida social, constitui um fator de emancipação da dependência econômica da família. Ocorre, no entanto, que os vínculos de dependência, antes atuantes no plano familiar, passam a ser plasmados na situação de trabalho pelo simples fato de não poder o jovem, sem a remuneração obtida, manter-se como estudante. (FORACCHI, 1977,p.135)

4.6 Percepção de professores e estudantes sobre o estudante trabalhador: seria o estudante-trabalhador diferente e singular ou mais do mesmo?

Três dos estudantes entrevistados declararam ter sofrido discriminação dos colegas, por ser um estudante que trabalha, porém esse perfil de estudante tem o

tempo limitado para sua formação e por não conseguirem participar de algumas atividades em grupos, sofrem represálias, vejamos três relatos:

Por parte dos alunos, tem essa cobrança quando os colegas vem cobrar contribuição com o grupo, é gerado aquela cobrança, pois as vezes quando você vai falar do trabalho eles não entendem . (ENTREVISTADO A)

Sim, porque as pessoas acham que tenho dinheiro que sou filhinho de papai. (ENTREVISTADO B)

Sim, pelos próprios colegas de curso cobrando mais presença física para resolução de atividades e para mim não tem condições. (ENTREVISTADO F)

Dos quatros estudantes do sexo feminino, um declarou ter sofrido discriminação por ser estudante trabalhador e ser mulher, disse:

A dúvida da pessoa em relação a minha capacidade de concluir o curso, por ser casada e mãe. (ENTREVISTADO F)

Com base nesta declaração, percebe-se que ainda existem expressões de preconceito com relação à capacidade potencial das mulheres que vão em busca de conhecimento.

Para compor a percepção dos professores em relação ao estudante trabalhador, foram entrevistados dois professores, um do sexo feminino e outro do masculino, com idades de 47 e 48 anos, que lecionam no CAHL desde 2006 e 2009, nos seguintes cursos: Licenciatura em História, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais, os dois declararam ter sido estudante trabalhador durante a graduação ambos com formação em instituições públicas.

A percepção dos professores diante da condição do estudante- trabalhador esteve baseado em processos de superação, esforço, amadurecimento e experiência no mercado do trabalho, em específico o estudante do turno da noite, que em sua maioria são trabalhadores que vivenciam duplas ou até triplas jornadas, isso dado aos estudantes que trabalham e são pais de família, diferente dos alunos diurnos que ainda estão em processo de transição para vida adulta. Neste sentido, percebe-se que o trabalho compõe jornadas cansativas desses estudantes

trabalhadores, mas acima de tudo proporciona experiência e amadurecimento. Vejamos duas falas sobre isso:

Eu também fui uma aluna trabalhadora então assim, eu acho que são alunos esforçados muitos deles comprometidos, é claro que alguns já tem uma experiência larga no mercado de trabalho, mas muitos deles são comprometidos, são esforçados. A gente vê as vezes um desgaste um cansaço muito grande de superação acho que eles são assim um esforço enorme para garantir a continuidade dos estudos. (ENTREVISTADO 1)

Em geral eu acho que pessoas mais madura porque inclusive trabalhadores ela já sabe da importância dos estudos ela sabe que precisa estudar mais pra ter valor no emprego e no mercado de trabalho até na procura de um emprego quando ela estiver desempregada ela já vivencia processo de exploração ela já vivencia um processo de cobrança por mais qualificação, em geral o aluno de educação exclusiva ele ainda é mais imaturo porque ele ainda não entender o mundo do trabalho, como ele não entende o mundo do trabalho, o trabalho tende a madurecer mais as pessoas. (ENTREVISTADO 2)

Quando questionado sobre a influência do trabalho nas atividades acadêmicas deste perfil de estudante, os dois professores responderam de forma parecida, ao declarar que o tempo que esses alunos têm disponível para estudar é curto, isso justificada a quantidade de horas demandadas para o trabalho, sobra pouco tempo para se dedicar aos estudos. O maior tempo que esses alunos têm para se dedicar aos estudos é dentro da sala de aula, sendo que esses alunos também precisam passar por processos de descanso e lazer, que é necessário ao homem. Vejamos:

Eu percebo que a disponibilidade, dificuldade dos alunos da noite eles acabam demorando um pouco mais o tempo na graduação, tem dificuldade, acho que o trabalho pode interferir sim no sentido de tempo que eles têm para destinarem na questão da leitura muitas vezes eu percebo que o grande aprendizado deles ou setenta por cento é do que eles têm na sala de aula e trinta por cento é o que eles têm para se desdobrarem, além de como o curso é majoritariamente feminino muito deles tem a atividade doméstica que é um esforço muito grande. (ENTREVISTADO 1)

Os alunos noturnos têm uma media de tempo de estudo baixa porque ele trabalha de dia e estuda a noite e só sobra sábado e domingo e ele quer desopilar e nesse período ele quer ter um contato com seus familiares e amigos sair e ter seu entretenimento. Então acaba que uma metodologia liga a passar trabalho pra casa é complicado porque só sobra à madrugada e a madrugada é um período de recuperação das forças basicamente é um aluno que só tem uma tarde e um domingo pra fazer as atividades de cinco componentes todo semestre, então a gente que tem uma consideração de quem tem esse perfil diferenciado que o tempo de aula tem que ser bem

aproveitado ali já é tempo aprendizagem tempo de atividade pra casa tempo para organizar seminário tem que usar bem às quatro horas porque são alunos com baixíssimo tempo só para você comparar um aluno dedicado aos estudos ele tem toda semana um turno pra estudar e outro turno para estudar em casa e outro pra se divertir, já o noturno ele tem doze horas por dia e quatro de estudo e com isso o tempo da sala tem que ser bem aproveitado. (ENTREVISTADO 2)

A fala do entrevistado 2, vai ao encontro do questionamento que Mesquita (2010), faz a situação do trabalhador, tomando como exemplo as condições de exploração de trabalho e as horas disponíveis para o estudo:

Ademais, como esperar que um trabalhador com uma carga de trabalho igual ou superior a 16 horas dia apresente condições concretas de formação com qualidade? As assimetrias educacionais e profissionais entre os diferentes níveis socioeconômicos dos trabalhadores brasileiros são notórias e passam em primeiro plano pelas dificuldades de ingresso, permanência com sucesso e conclusão dos níveis da educação, quer sejam a Educação Básica e a Educação Superior. (MESQUITA, 2010,p.85)

Embora esse estudo tivesse direcionado para o estudante trabalhador de todos os turnos e em sua totalidade do CAHL, inevitavelmente a maioria dos relatos dos professores são direcionados aos estudantes da noite por serem em sua maioria classe trabalhadora.

Quando questionado a respeito da flexibilidade com esse perfil de estudante, um professor declarou não flexibilizar, como se o sentido de flexibilizar fosse relacionado à inferioridade da sua forma de ensinar, no entanto outro professor declarou utilizar uma metodologia em sala de aula para cumprir com o máximo de aproveitamento desses estudantes, sem sobrecarregá-los, disseram:

Eu acho que eu não flexibilizo, pra mim não existe assim que eu tenho que dar um curso inferior porque é a noite, pra mim é o mesmo patamar tem que ser . O patamar tem que ser igual e estímulo não sou uma professora que sou diferente de dia para de noite. Eu acho que talvez eu poderia até pensar nisso. A maior contradição é a seguinte eu gosto de ensinar a noite, aluno da tarde as vezes é mais inquieto e os aluno da noite se eu der aula até as 23h, eles ficam até as 23:00horas. (ENTREVISTADO 1)

Sim, eu atendo e organizo dou aula de projeto e de teoria social 2 prazos mais flexíveis atender no próprio horário da aula você libera a turma e fica só com um grupo atendimento personalizado 1/1 porque a gente sabe que o aluno noturno não tem tempo extra classe então você tem que desenvolver uma metodologias de atendimento personalizado e coletivo você dar aula depois você atende 1/1 em disciplinas metodológicas nas matérias teóricas

que você passa seminário você tem que reservar 1 hora para a equipe que vai apresentar depois de 8 dias para saber o que estão em dúvida sobre o texto e nos recursos áudios visuais que tipo de coisas que querem ilustrar, então é 3 horas com o grupo e 1 hora com a equipe que vai apresentar depois de 8 dias para que eles não venha fazer um trabalho meia boca e que eu tenha um retrabalho que tenha que falar tudo sobre o tema pois os alunos falaram muito básico sobre o tema, pra evitar isso eu utilizo a última hora da aula para atendimento individual ou atendimento de grupo de trabalho. (ENTREVISTADO 2)

Partindo do pressuposto que a formação do estudante trabalhador pode ser mais lenta, desta forma, compreende que o funcionamento integral da universidade será um fator importante para graduação desses alunos. No entanto, os relatos dos professores caracterizam um processo desigual no horário de funcionamento da universidade e seus respectivos setores, ao chamar de sofrido, o a cesso as atividades complementares faz parte do processo para obtenção das horas complementares que são obrigatórias nos cursos, mas que alguns estudantes não conseguem cumprir no período estipulado. Pode-se ver isso em dois momentos:

Agora ai pegou , os alunos que estudam a noite eles tem dificuldade em fazer as horas complementares. Mas cabe ao colegiado de pensar em estratégias para fazer os eventos a noite, as atividade, como a questão do estágio a monitoria. (ENTREVISTADO 1)

É sofrida porque acaba que a universidade é diurna e faz pouco evento a noite e o aluno trabalhador só pode vir à noite e durante a noite não chega a ter 20% dos eventos e chega no fim do curso precisa de 200 horas e com isso tem dificuldade de apresentar essas horas porque eles são alunos diferentes dos diurnos , então a universidade tem que pensar mais em funcionar a noite ter mais eventos a noite ter biblioteca a noite e ter um processo de desigualdade de acessos aos estudos aos eventos para o aluno do noturno porque o acontece é que a biblioteca não funciona quase sempre até as 23:00 horas não tem servidores depois das 20:00 horas então se o aluno quer pegar um histórico ele tem que ir durante o dia então a coisas são voltadas muito para as pessoas que estudam durante o dia e poucas coisas para quem estuda a noite, principalmente acesso a biblioteca e servidores disponíveis. (ENTREVISTADO 2)

Ao serem questionados se este perfil de aluno tem dificuldade em absorver os conteúdos em sala de aula, um dos professores declarou não perceber um comprometimento por parte desses alunos, pois muitos sabem o que querem, enquanto o outro professor declarou perceber que os alunos têm dificuldade devido ao pouco tempo disponível para leitura o que causa uma formação defasada, uma das estratégias é aproveitar o período em sala de aula, diante desses relatos observa-se que o estudante trabalhador ao passar pela universidade não consegue

aproveitar todos os vieses que a mesma oferece, deste modo observa-se uma formação diferenciada e fragilizada.

Acho que dificuldade eu não diria dificuldade, eu percebo um comprometimento deles eu percebo em grande parte. Mas no geral a gente tem percebido uma defasagem no conhecimento dos alunos, em capacidade de produção e de escrita que exige de nos professores um esforço uma dedicação maior. Acho que às vezes o perfil do aluno trabalhador muitos deles sabe o que quer, sabem por que tão aqui, o custo é alto para ta aqui, então eu percebo que como tempo deles é restrito eles aproveitam cem por cento a sala de aula, o outro já tem o tempo da leitura acho que tem que ter essa comparação. (ENTREVISTADO 1)

Claro. Se ele tem muito pouco tempo de estudo extraclasse, sem leitura em humanidades que é tudo aula o processo de formação se torna lento porque são cursos baseados em acúmulos de leituras na área de humanidades, então o laboratório de quem estuda humanidades é ler e quem ler menos fica com uma formação mais defasada. Então os professores têm que usar uma metodologia de usar o tempo da aula pra o aluno fazer atualização do que foi pedido em relação à leitura, o legal é dar uma hora para ler o texto e o restante das horas usar para discutir o texto, é melhor do que você ficar na exposição apresentando as diversidades de um texto e a pessoa com aspectos de presentes ausentes elas estão ali de corpo físico porque tem a chamada mais se elas não lerem logo o texto estarão ali por alto. Por isso que a metodologia do estudante trabalhador tem que ser diferente porque ele não tem tempo extra sala então a noite ele tem que usar muito o tempo disponível. (ENTREVISTADO 2)

Diferentes estratégias foram relatadas pelos professores, quando questionados a respeito do que a universidade poderia fazer para o perfil do estudante trabalhador, dentre elas, uma voltada para a possibilidade da mudança do currículo no turno da noite e outra voltada ao horário de funcionamento e práticas de ensino. Mas no que diz respeito a pratica ou metodologia de ensino é intrínseco cada professor, bem como para tal efetivação essa mudança teria que ser apresentada e imposta a todos, vejamos abaixo:

Acho que a gente não poderia ter o mesmo currículo da tarde para o da noite, acho que os cursos da tarde consegue formar em 4 anos mas o curso da noite teria que ser 4 anos e meio por causa das optativas, acho que algumas ações devem ser pensada. (ENTREVISTADO 1)

Funcionar o administrativo até 22:00 horas servidores e biblioteca e ter mais eventos a noite também e se isso fosse uma tonica do estudo noturno daria mais qualidade a estudar no noturno, segundo é utilizar as práticas de ensino que utilizem os tempo das 4 horas para fazer o aluno ler que é onde ele adquirir conhecimento, ter atendimentos coletivos e individuais que ajudam muito, horário da aula é o coração do processo educativo e do processo de aprendizado de quem estuda a noite. Imagine ai você tem 5 disciplinas e tem que ler os textos dos 5, e ai como se diverte? como vai curtir a família? Como vai ter tempo para namorar? então a hora da aula é

sagrada. (ENTREVISTADO2)

No entanto, a universidade realiza poucas ações para tentar compreender a peculiaridade de cada indivíduo, como assinala Sampaio (2011):

A universidade brasileira não tem o hábito de dar visibilidade a seus atores. Docentes, gestores, estudantes e pessoal técnico-administrativo, aqueles que constroem o cotidiano acadêmico, não são objeto de estudo sistemático que utilize metodologias sensíveis para expressar aspectos de sua cultura e subjetividade que se desenvolvem no interior da vida universitária. (SAMPAIO, 2011, p.14)

Com relação à condição do CAHL, os dois professores, declararam que o CAHL não possui condições favoráveis a este perfil de estudante, dando continuidade a análise do funcionamento dos setores, desta vez os dois professores tiveram relatos divergentes, enquanto um descreve melhoria ao longo de dez anos de experiência no CAHL, o outro apresenta um relato da dificuldade de acesso aos mesmo setores que o professor anterior se referiu. Vale destacar que um professor descreveu sentir incômodo com o horário de deslocamento desses alunos, demonstrando empatia para com eles.

Acho que o CAHL tenta se esforçar acho que já houve melhora no sentido de que eu to aqui há 10 anos , antes não tinha atendimento do NUAC a noite, hoje já tem, a biblioteca funciona. Acho que pode melhorar ainda, acho que sim, acho que houve melhoria ao longo desses dez anos e acredito que devem existir outras melhorias direcionada e os alunos devem demandar pois a sensibilidade deles mas gente não deve ter sentindo na pele de fato o que eles estão sentindo.O que mais me incomoda é o deslocamento deles eu vejo os alunos da tarde, que se não tiver um professor eles podem voltar pra casa cedo. O da noite só pode voltar às 23h a nossa responsabilidade e preocupação a noite tem que ser três vezes mais. (ENTREVISTADO 1)

Não, O aluno tem dificuldade pra pegar um livro tem dificuldade para ter acesso a um servidor, dificuldade de ter acesso a eventos e tem dificuldade de obter as 200 horas, com uma universidade que funciona mais durante o dia do que a noite é tudo muito focado na aula acontece um evento ou outro, mesmo assim o aluno não pode ir para o evento durante o dia. (ENTREVISTADO 2)

Quando questionado se acham que este tipo de aluno é estigmatizado por parte dos outros alunos que não trabalham, disseram:

Não sei se são estigmatizados, mas acho que são processos de maturidade diferenciados, de interesse naquilo ali, mas claro quem trabalha tem que

aproveitar ao máximo o tempo aqui, tem uma responsabilidade, eu acho que o outro ele ainda tá, se permite o direito da universidade tudo mais. Mas assim não vejo que seja estigmatizado, mas acho que pode existir uma cobrança muitas vezes nas atividades, alguma atividade extra, presença se ele pode ou não corresponder talvez seja isso. (ENTREVISTADO 1)

Não porque os alunos que não trabalham também são bolsistas da PROPAE, é óbvio que a noite os que não trabalham terá um desempenho maior devido a horas de dedicação ao estudo e isso influencia no processo de ensino e aprendizagem do aluno, quem estuda mais aprende mais quem estuda menos aprende menos e tem uma formação mais aligeirada, então se tiver preconceito deve ser dos alunos diurnos com os noturnos aí sim você pode dizer que é uma forma de preconceito do aluno que somente se dedica ao estudo com o aluno que estuda e trabalha, um alguém que não ler que vive apressado que não tem tempo para estar em grupo e nem para ir nas reuniões e nem estudar para prova então tem quando mistura os alunos de dedicação exclusiva com o estudante trabalhador tem esses tipos de convivência estigmatizante. (ENTREVISTADO 2)

Quando questionado se este tipo de aluno estará qualificado para atuar na sua área de formação, um professor declarou oferecer formação de qualidade para esses alunos, enquanto o outro relatou ser possível se qualificar na condição de estudante trabalhador, o que dá a entender que a condição ocupada não os tornam menos qualificados e ainda acrescentou os pontos positivos que o trabalho atribui a formação acadêmica, ao levar vantagem na matéria de estágio por ter experiência no mercado profissional, vejamos:

A formação que a gente dá para o curso noturno é uma formação com qualidade, então ele vai tá sim capacitado temos alunos dos cursos noturno que surpreendem de desenvolvimento. Por que às vezes tem algum que tem o tempo livre e não levam a sério. (ENTREVISTADO 1)

Na verdade quem qualifica o indivíduo é sua busca para combater a mediocridade. Então não é porque a pessoa estuda à noite que ela não vai ser bem formada por quê para ser bem informado isso depende de um planejamento para quem trabalha que horas é que eu vou estudar? Como é esse lugar que eu vou estudar? As pessoas vão me aceitar? as pessoas vão respeitar o meu ambiente familiar? Então a pessoa tem que ser mais organizada ainda mais para quem tem a educação exclusiva, ou seja, a pessoa que estuda à noite tem que ser mais organizada do que os outros alunos. Mas por outro lado quem trabalha sabe que ser melhor formado é um atributo diferenciação no mercado de trabalho Por que a pessoa já sabe O que é bater ponto. já sabe o que é almejar uma promoção no trabalho já sabe o que é exploração e os outros vão aprender isso no estágio não sabe o que é o universo do mundo do trabalho os alunos Trabalhadores faz um estágio com mais eficiência porque já sabem o que é atender, Ele já sabe o que é prestar conta, prestar metas para o chefe em geral esse aluno trabalhador se dá melhor na matéria de estágio na prática o que ele já sabe se portar no trabalho porque existe regras e os outros alunos de educação exclusivas vão ainda aprender ou seja os alunos que não trabalham ainda vão aprender isso como se portar em um ambiente empresarial eles tem uma visão ainda mais Idealista pois acham que vão poder ir de qualquer

jeito vestido de qualquer jeito usando qualquer tipo de acessório mas só lá que eles vão descobrir que não é bem assim porque já em alguns ambientes existe uma sobriedade ao vestir de como se portar então os alunos que estudam e trabalham levam mais vantagens matérias de estágio já entende o que é uma empresa. (ENTREVISTADO 2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de produção desse estudo tiveram diversos desafios justificada a minha condição de estudante trabalhadora, onde pude sentir na pele os efeitos de uma formação fragilizada, diante disso permito aqui afirmar que o trabalho interfere na qualidade da formação do estudante no ensino superior.

Os relatos mencionados descreveram uma realidade em comum, presente em diversas dificuldades vivenciadas: deslocamento, ônibus quebrado na estrada, dificuldade financeira, falta de tempo para aproveitamento pleno da universidade enquanto instituição provedora de pesquisa e extensão, dúvidas e incertezas, que foram latentes nesse processo de pesquisa e que fizeram parte deste processo de formação em um curso superior, que até então se tornaria o primeiro diploma da filha de uma trabalhadora assalariada, que criou seus três filhos como mãe solteira.

Contudo os percursos que foram impostos ao longo desses quatro anos e meio de formação e evolução pessoal serviram de combustível para seguir a caminhada. Destaco aqui que essa experiência não me torna nem pior, nem melhor que ninguém, mas que pode servir para se juntar a inúmeras histórias semelhantes a essa.

No que diz respeito à expansão do ensino superior, observa-se que houve iniciativas com avanço sim, pois a possibilidade do ingresso à universidade tornou-se palpável a todos. Na ótica do CAHL que já agrega um público diversificado, percebe-se que o estudante trabalhador ainda enfrenta muitos desafios que impedem de ter acesso completo ao espaço universitário.

A passagem deste perfil de estudante é caracterizada por alguns enfrentamentos da questão social, seja em dificuldades na condição de alunos pobres, negros, indígenas ou proletariado em situações de trabalho precário, então compreender a dinâmica desse estudante significa não apenas oferecer possibilidades de acesso a universidade, a esta parcela de indivíduos que por muito tempo havia sido excluído, mas significa proporcionar condições de permanência estudantil.

Conforme afirma Reis (2013):

Se a permanência, tal como concebemos, requer duração, sucessão e simultaneidade, nos parece óbvio que ela não pode ser resumida, meramente, a medidas de caráter assistencialista. Também precisa ser pensada como política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica de estudantes negros em conjunto com as políticas de acesso, devem ser estabelecidas políticas de permanência que permitam as condições adequadas de estudo e formação acadêmico –científica (REIS, 2013 p.184)

A efetivação das políticas de permanência ainda é muito vaga, no que diz respeito à dinâmica de oferecer determinada política versus a garantia de sua efetividade. Este estudo clarificou que o processo de permanência do estudante trabalhador, também está atrelado às implicações das políticas públicas seletivas que lhe garante o acesso, mas que no quesito permanência ainda se encontra fragilizada.

Desta forma, o papel da universidade vai muito além do que representa sua existência física, dado a seu teor de importância para a comunidade, pois atualmente estamos enfrentando a era do desgoverno com desmonte em diversas esferas no âmbito federal, inclusive na educação, essa circunstância nos faz perceber que ainda teremos muito que lutar para que a universidade, especialmente a pública não perca a essência que já foi conquistada.

Nesta mesma lógica, este estudo comprovou que a universidade deve se envolver na dinâmica do estudante trabalhador a sua forma de funcionar (entender o tempo de estudo e de vida do estudante trabalhador), a fim de oferecer um maior aproveitamento, enquanto espaço provedor de conhecimento científico. O professor também deve ter conhecimento dos obstáculos presentes na trajetória do estudante que trabalha, para tentar promover práticas de ensino de inclusão, cabe também aos estudantes enquanto demandantes pleitear as possíveis mudanças como sujeitos participativos e membros da comunidade acadêmica.

Embora seja desafiador a conciliação de estudo trabalho (embora seja literalmente uma labuta a insistência no trabalho e ensino), essa pesquisa demonstrou o quanto essa junção é necessária e impossível de separar, a necessidade de trabalhar é constante na vida do ser humano, bem como a busca do conhecimento. Portanto, essa relação gera expectativas positivas, na melhoria de vida desses indivíduos. Contudo, essa pesquisa não esgota o estudo sobre essa

temática que abarca tantas problemáticas, mas revela a importância do movimento em busca do conhecimento como formação do sujeito social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 24, n. 57, p. 113-126, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out. 2019.

ABRANTES, Furtado de NaraNyedja, Trabalho e estudo: uma conciliação desafiante Campina Grande, **REALIZE Editora**, 2012. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf>>. Acesso em: 23 Fev 2019.

ALMEIDA FILHO, N. **Universidade Nova: Textos críticos e Esperançosos**. Brasília e Salvador: Universidade de Brasília e Universidade Federal da Bahia, 2007.

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 31, n. 113, p. 1319-1335, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Out. 2019.

ANDRADE, Cleide Lugarini de; SPOSITO, Marília Pontes. O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, p.3-19, 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/1333>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ANTUNES, Ricardo L. C. Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . - São Paulo, SP : Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo O privilégio da servidão [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

BERTOLLETTI, V. A. Anísio Teixeira E O Projeto De Universidade Brasileira: UDF E UNB. **IX Seminário Nacional De Estudos E Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil”**, João Pessoa, p. 551-559, 31/07 a 03/08/2012 2012.

BRASIL, Lei de Diretrizes e bases da Educação. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de novembro 2019.

BRASIL. Agencia IBGE Noticias. Pnad Contínua 2016 **Tarefas domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoem-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Agencia IBGE Noticias. Pnad Contínua 2016. **PNAD Contínua 2016**: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo. 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>>. Acesso em: 28 out. 2019

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep Mec. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**: censo da educação superior 1996. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 out. 2019

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 RESUMO TÉCNICO**. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 RESUMO TÉCNICO**. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Cachoeira (BA). IPHAN. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é o REUNI. Ministério da Educação, Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 15 de setembro 2019.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE ,Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 24 Fev 2019.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAE, regulamentando o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 24 Fev 2019.

BRASIL. Programa de Apoio A Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Ministério da Educação Secretaria de Educação Superior Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=20>

69-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Lei 11.151 de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11151.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CARDOSO, Ruth C. L. e SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho, SA. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_03.pdf>. Acesso em: 20 de Fev 2019.

COMIN, Alvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 91, p. 75-95, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Nov. 2019.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 23-44, mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2018.

COSTA, Wilma Peres. O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 173-175, June 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 outubro 2019.

COSTA, Wilma Peres. O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 173-175, June 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Out. 2019.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401239&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out 2019.

CPDOC, Fgv. **E ele voltou... o segundo governo Vargas > A educação no segundo governo Vargas**: A educação no segundo governo Vargas. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 16 out. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Out. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 31, n. 113, p. 1223-1245, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out. 2019.

DIAS, Sonia Maria Barbosa; COSTA, Silvio Luiz da. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, [s.l.], v. 9, n. 17/18, p.51-60, 18 maio 2016. Universidade Federal do Parana. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.38650> >. Acesso em: 30 maio 2019.

DRUCK, Graça. **Precarização social do trabalho**, verbete ,s/d. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/338140049/Verbetes-Precarizacao-Social-Trabalho>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Cad. CRH**, Salvador , v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>.

EDUCAÇÃO, Portal. **O Modelo francês-napoleônico: O que foi?** 2019. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-modelofrances-napoleonico-o-que-foi/43114>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

EXTRATO DO DECRETO DE FUNDAÇÃO DA USP. **Estud. av.**, São Paulo , v. 8, n. 22, p. 19-20, Dec. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Oct. 2019.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 28, p. 17-36, dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out. 2019.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, [s.l.], v. 18, n. 36, p.455-472, 31 dez. 1969. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v18i36.3962>. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2015.191.11/4578>>. Acesso em: 20 out. 2019.

FORACCHI, Marialice. **O ESTUDANTE E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. (2)

FRAZÃO, Dilva. **André Rebouças**: engenheiro e abolicionista brasileiro. 2018. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/andre_reboucas/>. Acesso em: 27 out. 2019.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **A IMPORTANCIA DO ATO DE LER**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 49 p. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felix/panorama>> Acesso em 10 de dez. 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 15, p. 39-51, Dec. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731992000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2019.

Lukács, György, Para uma ontologia do ser social, tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2013
 MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, Jan. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Out. 2019.

MALBOUISSON, Claudia et al. **O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DEVE SER GRATUITO? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7650/1/Radar_n49_ensino.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

Manuel Bomfim. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 504, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2019.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 maio. 2019.

MARTINS, CARLOS BENEDITO. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Out. 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C.. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, Aug. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio. 2019.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. **O TRABALHADOR ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO: POSSIBILIDADES DE ACESSO, PERMANÊNCIA COM SUCESSO E FORMAÇÃO**. 2010. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/677/1/MARIA%20CRISTINA%20DAS%20GRACAS%20DUTRA%20MESQUITA.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; SIQUEIRA, Teresa Cristina Barbo. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESTUDO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ESTUDANTES DOS CURSOS NOTURNOS DE PEDAGOGIA. **R. de Ciências Humanas**, Goiás, v. 13, n. 20, p.51-68, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/download/353/638>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MORAES, Ana Shirley de França; CARR, Renato Ferreira; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. O Trabalhador-Estudante no Ensino Superior: suas Representações e Expectativas em Relação ao Mercado de Trabalho e ao Ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 75, n. 179-80-81, p.367-371, 1 dez. 1994. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/issue/view/107>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MUNDIAL, Geo (Org.). **AMERICA ANGLO SAXONICA** Disponível em: <<http://geomundial.blogspot.com/2010/09/america-anglo-saxonica.html>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

NUNES, Teresa. **Ensino, pesquisa e extensão: do que estamos falando?** 2019. Disponível em: <<https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL**: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000.. 2013. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Superior, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18821>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PACHANE, Graziela Giusti; VITORINO, Bruna de Melo. A Expansão Do Ensino Superior No Brasil Pelo Programa Reuni: Democratização Da Formação Universitária Ou Apenas Uma Ambivalência Legal? **Poiésis Tubarão**, Santa Catarina, p.438-456, 12 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/download/3114/2481>>. Acesso em: 20 out. 2019.

REIS, Dyane Brito. CONTINUAR OU DESISTIR: Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros da UFRB. In: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (Org.). **OBSERVATORIO DA VIDA ESTUDANTIL**: Universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: Edufba, 2013. p. 179-190

RIBEIRO, D. **A Universidade necessária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1978.

RIO DE JANEIRO. Helena Bomeny. Fundação Getúlio Vargas. **A educação no segundo governo Vargas**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVoltou/Educacao>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ROMERO, Arnaldo O Sentido da Reforma: O Estatuto da Universidade De Francisco Campos em um Brasil em Transição, s/d Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/fo8On tlz.pdf>. Acesso em: 20 fev 2019.

SAMPAIO, SMR., org. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: **EDUFBA**, 2011, pp. 27-51. ISBN 978-85-232-1211-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-03.pdf>>. Acesso em: 05 de Dez 2019.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **PARA ALEM DAS COTAS: A PERMANENCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR COMO POLITICA E AÇÃO AFIRMATIVA**. 2009. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Superior, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/944.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

SANTOS, Gabrielle dos; FREITAS, Leana Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, Vitória Es, v. 6, n. 2, p.182-200, 01 dez. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4949695.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Póiesis Pedagógica**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.4-17, 26 abr. 2011. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Fábio Silvino da; FERREIRA, Andre Luiz Garcia. ESTUDANTE-TRABALHADOR. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO DE PESQUISA, 15., 2015, Ribeirão Preto. **Anais do Conic-Semesp**. Ribeirão Preto: Semesp, 2015. v. 3, p. 1 - 10. Disponível em: <<http://conic-semesp.org.br/anais/files/2015/trabalho-1000020330.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

TEIXEIRA, Anísio. Funções da universidade. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.135, Fev. 1964. p.1-2. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/funcoes.html>>. Acesso em: 25 maio 2019.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188 Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/notas2.htm> Acesso em: 25 maio 2019.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2019.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes



Tema : Estudante Trabalhador
**Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso-
 TCC**
**Título: Da labuta ao conhecimento: Os sentidos
 de ser estudante trabalhador no CAHL**
**Pesquisadora : Iasmim Raquel Barbosa da
 Silva**

Objetivos da pesquisa:

- ✓ Discutir a relação entre esfera do trabalho e estudo;
- ✓ Analisar as dificuldades enfrentadas por esse tipo de acadêmico para desenvolver a sua vida universitária;
- ✓ Identificar as expectativas profissionais do estudante- trabalhador na sua trajetória;
- ✓ Apresentar a percepção de professores/as e estudantes sobre o estudante trabalhador, buscando compor os sentidos desse tipo de estudante

QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES

I) ATRIBUTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

01- **Sexo/gênero:**

02- **Idade:**

03- **Profissão:**

04- **Qual sua cor? (autodeclaração)**

1 **PRETO** 2 **BRANCO** 3 **AMARELO** 4 **PARDO**

05- **Situação conjugal?**

1 **solteiro** 2 **casado/mora junto** 3 **divorciado/separado** 4

viúvo

5- **outro**

06- **Filhos? Se sim quantos? E qual idade?**

07-Tipo de moradia: ()própria ()alugada

08-Nasceu onde?

09-Em qual cidade mora?

10-Qual o tempo da sua casa para trabalho?

11-E como faz esse deslocamento?

12-Qual o tempo do trabalho para Universidade?

II) FAMÍLIA

13-Qual era ou é a escolaridade do seu pai:

- | | |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> <i>analfabeto</i> | 5 <input type="checkbox"/> <i>2º grau completo</i> |
| 2 <input type="checkbox"/> <i>1º grau incompleto</i> | 6 <input type="checkbox"/> <i>superior incompleto</i> |
| 3 <input type="checkbox"/> <i>1º grau completo</i> | 7 <input type="checkbox"/> <i>superior completo</i> |
| 4 <input type="checkbox"/> <i>2º grau incompleto</i> | 9 <input type="checkbox"/> <i>não sabe</i> |

14- Qual era ou é a escolaridade de sua mãe:

- | | |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> <i>analfabeto</i> | 5 <input type="checkbox"/> <i>2º grau completo</i> |
| 2 <input type="checkbox"/> <i>1º grau incompleto</i> | 6 <input type="checkbox"/> <i>superior incompleto</i> |
| 3 <input type="checkbox"/> <i>1º grau completo</i> | 7 <input type="checkbox"/> <i>superior completo</i> |
| 4 <input type="checkbox"/> <i>2º grau incompleto</i> | 9 <input type="checkbox"/> <i>não sabe</i> |

15- Qual era ou é a profissão do seu pai (ele trabalhava com o que?):

16- Qual era ou é a profissão de sua mãe (ela trabalhava com o que?):

17-Quantas pessoas moram com você? Essas pessoas são?
(especificar)

- 1 *filhos* 2 *irmãos/as* 3 *pai/mãe* 4 *marido/mulher* 5

28-Você começou a trabalhar com qual idade? (porque)

29- De que modo seu trabalho influência nas atividades curriculares acadêmicas?

- 1 chega atrasado na aula 7 esta dessemestralizado
- 2 não assimila o conteúdo devido o cansaço físico
- 3 não participa de atividades extracurriculares
- 4 na organização da grade curricular (cursa poucas disciplinas)
- 5 fica cansado e sem ânimo para estudar em casa após trabalho e aula
- 6 não participa de movimento estudantil por falta de tempo

30- Há flexibilidade por parte do empregador no seu horário de trabalho, justificada a sua condição de estudante?

- 1 *sim* 2 *não*

31- Explique como se dá esse processo de negociação com o patrão (não se aplica para autônomo que trabalha sozinho).

32- Explique como é seu dia a dia na relação trabalho e universidade (que horas vai para aulas, deslocamento, que horas trabalha e que horas estuda e faz tarefas da faculdade).

33- Você já recebeu ou já tentou se inscrever para receber alguma bolsa ou auxílio da universidade? Explique esse processo

34- Percebe alguma postura diferente por parte dos docentes com relação aos estudantes que trabalham? [se sim, dê exemplos]

35- Você já sentiu alguma discriminação por ser um estudante que trabalha? Se sim, qual?

36- Você tem orgulho de trabalhar e estudar? (porque)

37- Você já sentiu alguma discriminação por ser estudante trabalhador/a e ser mulher? [para ser respondido apenas por mulheres]

- 1 *sim* 2 *não Qual?*

38- Você já sentiu alguma discriminação por ser estudante trabalhador/a e ser negro? [para ser respondido apenas por negros/as]

1 *sim* 2 *não* Qual?

39- Você já sentiu alguma discriminação por ser estudante trabalhador/a e ser homossexual? [para ser respondido apenas por homossexual]

1 *sim* 2 *não* Qual?

40- Você acha que é vergonhoso ser estudante e trabalhar? Explique?

41- Você tem ou já teve medo de não conseguir conciliar estudo e trabalho?

1 *sim* 2 *não*

42- Quais suas principais dificuldades hoje para permanecer estudando?

43- Você acha a universidade importante? Porque?

44- Você acha que a universidade deveria fazer algo específico para o perfil do estudante trabalhador? Se sim, o que poderia ser feito?

45- Você já pensou em parar a universidade para seguir trabalhando? Se sim, explique o motivo.

46- Você já pensou largar o trabalho para seguir apenas estudante? (explique)

47- Você acha que o CAHL oferece condições favoráveis a este perfil de estudante?

1 *sim* 2 *não*

48- Quais são suas expectativas para o mercado de trabalho, após a conclusão do curso?

1 passar em concurso público 4 ainda não tem planos

2 atuar na área da docência 5 outros qual?

3 seguir carreira acadêmica

49- Você acha que estará qualificado para atuar na sua área de formação?

1 *sim* 2 *não*

50 – Você acha que a condição de ser estudante-trabalhador é uma condição social precária? (explique sua resposta)

51- Você se senti “inferiorizado” por ser estudante trabalhador? (explique)

52- Você acha que ser estudante-trabalhador lhe trás elementos positivos/diferenciais em relação aos outros estudantes? (explique)

53- Você quer dizer ou relatar mais alguma coisa sobre esse assunto: estudante trabalhador. Se sim, escreva.

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos professores

Questionário para os professores

I) ATRIBUTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

01- Sexo/gênero:

02- Idade:

03- Sua formação é de instituição:

() publica () privada () mista

04- Durante sua graduação você foi estudante trabalhador?

() sim () não

05- Desde quando leciona no CAHL?

06- Leciona para quais cursos?

II) O CAHL E O ESTUDANTE TRABALHADOR

07- O que acha do perfil de estudante que estuda e trabalha?

08- Em qual turno você mais encontra este perfil de estudante?

() diurno () diurno () noturno

09- De que modo o trabalho influencia nas atividades curriculares acadêmicas deste perfil de estudante?

10- Há flexibilidade de sua parte com os discentes que são estudante trabalhador? Explique como se dá esse processo.

11- O que acha da participação deste perfil de aluno em eventos e atividades para obter horas complementares?

12- Você acha que este aluno tem dificuldade em absorver os conteúdos em sala de aula? Explique

13- Você acha que a universidade deveria fazer algo específico para o perfil do estudante trabalhador? Se sim, o que poderia ser feito?

14-Você acha que o CAHL oferece condições favoráveis a este perfil de estudante?

15-Você conhece algum aluno que desistiu do curso por não conseguir conciliar trabalho e estudo?

() sim () não

16-Você acha que este tipo de aluno é estigmatizado por parte dos outros alunos que não trabalham (porque/explique)?

17- Você acha que este tipo de aluno estará qualificado para atuar na sua área de formação (porque/explique)?

18-Você quer dizer ou relatar mais alguma coisa sobre esse assunto: estudante trabalhador. Se sim, escreva.